DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XIV **PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 08 DE JULHO DE 2025** **Nº 124**

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA ..... Capa

SEC. DE RECURSOS HUMANOS 3333

SEC. DE COMPRAS E LICITAÇÕES.....3338

TAQUIGRAFIA

6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA – MACHADINHO D'OESTE.

OBJETIVO: discutir a necessidade de atualização do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia.

EM: 25.06.2025
INÍCIO: 09h53min

PRESIDENTE: SR. ISMAEL CRISPIN

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Sejam todos bem-vindos. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, por intermédio da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, atendendo ao Requerimento nº 1734/2025, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ismael Crispin, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública com o objetivo de discutir a necessidade de atualização do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia.

Neste momento, convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública, o Excelentíssimo Senhor Deputado Ismael Crispin, proponente desta Audiência Pública e Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Convido, Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Laerte Gomes, 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Convido, Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Lucio Mosquini, bancada federal de Rondônia.

Excelentíssimo Senhor Luiz Paulo Batista, Secretário de Estado da Agricultura – Seagri.

Convido ainda, Excelentíssimo Senhor Paulo Henrique dos Santos, Prefeito do Município de Machadinho D'Oeste.

Excelentíssimo Senhor José Ferreira Alves, Presidente da Câmara Municipal de Machadinho D'Oeste.

Convido, a Senhora Débora Rosa, Engenheira Florestal.

Pedimos a todos que, por favor, ocupem os seus lugares. Esta Audiência Pública já deu início. Senhoras e senhores, neste momento o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ismael Crispin, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, fará a abertura desta Audiência Pública.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com objetivo de discutir a necessidade de atualização do Zoneamento Socioeconômico do Estado de Rondônia.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, estando a Mesa dos trabalhos composta, convido a todos para que, em posição de respeito, cantemos o Hino "Céus de Rondônia" (Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música do Dr. José de Mello e Silva).

(Execução dos Hinos)

Podeis assentar.

Registramos e agradecemos a presença do Senhor Irmãozão do Amigo do Campo, Vereador do Muni-

MESA DIRETORA

Presidente: **ALEX REDANO**
1º Vice-Presidente: **LAERTE GOMES**
2º Vice-Presidente: **ROSÂNGELA DONADON**
1º Secretário: **ALAN QUEIROZ**
2º Secretário: **CÁSSIO GOIS**
3º Secretário: **EDEVALDO NEVES**
4º Secretário: **MARCELO CRUZ**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Ger. de Apoio ao Processo Legislativo - **Miranilde R. do Nascimento Robles**
Div. de Publicações e Anais - **Isabella Lopes de Souza Pinto**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO

ICP Brasil

ISABELLA LOPES DE SOUZA PINTO:04885373557 2025.07.08 16:50:56 -04'00'

VIDE ORIGINAL https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/

cípio de Machadinho D'Oeste.

Neste momento, com a palavra o Deputado Estadual Ismael Crispin, Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, para conduzir a presente Audiência Pública.

Gostaríamos de pedir a quem está sentado lá no fundo que, por favor, ocupem as primeiras cadeiras. É um pedido do nosso Presidente. Por favor, quem está sentado lá no fundo, ocupar as primeiras cadeiras. Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Senhoras e senhores, mais uma vez, muito bom dia a todos. Sejam bem-vindos à 6ª Audiência Pública com a tratativa sobre a atualização do nosso Zoneamento Socioecológico e Econômico do Estado de Rondônia.

Aproveito para cumprimentar aqui as autoridades presentes na Mesa, o José Ferreira, Presidente da Câmara Municipal aqui de Machadinho D'Oeste; o Prefeito Paulo Henrique, o Paulo da Remap. Obrigado por estar presente aqui, prefeito. Secretário de Estado de Agricultura, o senhor Luiz Paulo, que se esforçou muito para chegar aqui. Me ligou apavorado por conta do horário e eu falei para ele: "Enquanto você não chegar, a gente não inicia." E cumpri o compromisso, viu? Agradeço a presença.

Agradecer aqui a presença de Sua Excelência Deputado Federal Lucio Mosquini. Um grande amigo, um grande líder e que representa muito bem, em especial, a voz de quem produz no Estado de Rondônia.

E agradecer a presença do nosso 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia Deputado Laerte Gomes e membro da Comissão de Meio Ambiente também, membro titular da Comissão de Meio Ambiente.

Justificar aqui a ausência da Vice-Presidente Deputada Drª Taíssa. Ontem à noite houve um chamamento por parte do Governador para uma reunião, um assunto que trata da questão do Soldado da Borracha, hoje, em Porto Velho. E ela, gentilmente, nos ligou fazendo a sua justificativa de ausência aqui hoje.

Cumprimento aqui a engenheira Débora Rosa, que tem sido uma grande parceira nossa nessa peregrinação, nesse debate que é tão importante para o Estado de Rondônia.

Nas outras audiências nós trabalhamos um pouco diferente. Nós fizemos primeiro as oitivas e depois nós ouvimos as autoridades. Hoje, nós estamos em um ambiente festivo, é a abertura da AgroShow de Machadinho D'Oeste, muita gente envolvida, muita gente trabalhando. Nós vamos, então, inverter a nossa rotina. Nas outras, nós ouvimos a palestra e a apresentação da nossa engenheira florestal, trazendo todo o diagnóstico histórico e as possibilidades do zoneamento. Depois, fizemos as oitivas e então ouvimos as autoridades.

Para não prender as nossas autoridades, dado o movimento que acontece aqui em Machadinho D'Oeste no dia de hoje, nós vamos ouvir a saudação das nossas autoridades presentes. Depois, a gente ouve a apresentação da engenheira Doutora Débora Rosa e nós vamos seguir daí para a oitiva daqueles que quiserem fazer encaminhamentos.

Aproveito para registrar que todo o trabalho da Comissão de Meio Ambiente tem sido registrado em Ata, em vídeo, que é um material que nós vamos utilizar no momento adequado daquilo que nós pretendemos, que é a discussão da Mensagem de lei que faz essa aproximação. Então, é bom destacar isso.

Nós vamos iniciar as falas aqui, então. Convido para uso da fala, e os senhores podem ficar muito à vontade, se quiserem usar da tribuna ou falar daqui da Mesa mesmo. Mas, convido para a fala o senhor José Ferreira, que é Presidente da Câmara Municipal aqui de Machadinho D'Oeste.

O SR. JOSÉ FERREIRA ALVES - Bom dia a todos. Eu quero agradecer a Deus por mais uma oportunidade de estarmos aqui nesta abertura da AgroShow do nosso município. Agradecer a presença de todos e também apresentando aqui a nossa Câmara de Vereadores, todos os nossos vereadores, alguns ainda não chegaram.

E quero aqui, em nome do Prefeito Paulo, cumprimentar todas as autoridades do Estado de Rondônia, nossos deputados federais, deputados estaduais e alguns que ainda não chegaram.

Agradecer por esta oportunidade desta Audiência Pública, que Deus venha nos abençoar que tudo seja encaminhado na direção de Deus. Que todos tenham um bom dia, uma boa festividade aqui no nosso município nessa abertura do AgroShow. Nós estamos aqui para contribuir na medida do possível e naquilo que está em nosso alcance, apoiando também esse evento tão maravilhoso aqui no nosso município. Agradeço a oportunidade. Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Presidente.

Quero agradecer aqui a presença do Vereador Dhionatas Tassos, do Município de Buritis, assim como a presença do ex-vereador Marcelo Barros, também do Município de Buritis. Sejam muito bem-vindos.

Registro a presença do Vereador Rodrigo Gomes, do Município de Cacaulândia. Seja muito bem-vindo. Convido nesse momento para o uso da fala o Secretário de Estado de Agricultura, o Senhor Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA - Bom dia a todos. Quero primeiramente agradecer ao nosso grande arquiteto do universo, nosso Deus Pai Todo Poderoso, por este momento, por estarmos reunidos aqui nesta Sessão de suma importância. Trata-se de um trabalho que vem sendo encabeçado com muita maestria, com muita liderança pelo Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Deputado Estadual Ismael Crispin, ladeado dos demais deputados que fazem parte da Comissão e aqui, um deles, é o Deputado Estadual Laerte Gomes.

Então, em nome do nosso Governador Coronel Marcos Rocha, eu trago um abraço. Cumprimentar as Vossas Excelências e parabenizá-las por essa oportunidade de estar levando para a população, nas diversas regiões do Estado de Rondônia, essa oportunidade de debater, de dialogar e falar sobre um tema de suma importância que é o Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Rondônia (ZSEE).

Quero cumprimentar também o Deputado Federal Lucio Mosquini, em seu nome cumprimentar toda a bancada que trabalha em prol do nosso Estado de Rondônia, Deputado Lucio Mosquini; cumprimentar aqui o Prefeito Paulo da Remap, trago um abraço do Governador Coronel Marcos Rocha, para o senhor. De igual forma, aqui ao Presidente da Câmara, o senhor José Ferreira, que representa todos os vereadores aqui do Município de Machadinho D'Oeste.

Cumprimentar de uma forma muito especial também a Doutora Débora Rosa, que os senhores e as senhoras terão a oportunidade de entender de uma forma muito singela, mas com riqueza de detalhes, o que ela já, já vai apresentar. Parabenizar a senhora pelo trabalho que vem fazendo. Que Deus continue conduzindo a sua vida. Cumprimentar aqui o André, que é da Emater, que representa aqui o nosso Presidente Luciano Brandão.

Dizer, Presidente Ismael Crispin, deputado estadual, nosso Governador Coronel Marcos Rocha está imbuído, dedicado à causa, por entender que equalizar é trazer para o Estado de Rondônia esse processo de Zoneamento Socioeconômico que, certamente, sendo realizado, concretizado, vai fazer com que os nossos produtores possam produzir ainda mais.

Então, o Governador Coronel Marcos Rocha, em parceria, ladeado aqui com os deputados estaduais, está focado nessa causa. Recentemente tivemos uma reunião na governadoria, o Deputado Ismael Crispin estava presente. É um compromisso do Governo do Estado de Rondônia que tem como trabalho, como apoio, a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

No mais, quero agradecer mais uma vez e desejar uma excelente audiência e parabenizar a 6º AgroShow, que eu tenho certeza que vai ser um sucesso de venda, de comércio e, principalmente, de integração entre a população de Machadinho e região. Que Deus abençoe a todos.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Obrigado, Secretário Luiz Paulo.

Quero agradecer aqui a presença da Vereadora Jeane Laray; a esposa do nosso Vice-Prefeito; e a Vereadora Angela Posser. Muito obrigado e sejam muito bem-vindos. Nós vamos informando quem está presente, e, depois da fala da Débora, nós vamos abrir a fala às pessoas que estão participando. É importante a sua participação, é importante o seu encaminhamento, para uma futura discussão.

Convido para uso da fala, ele que nos recepciona aqui no Município de Machadinho D'Oeste no dia de hoje, prefeito muito bem avaliado em Rondônia, pessoa muito querida e que tem uma participação efetiva para que esse momento pudesse estar acontecendo aqui: convido o Prefeito Paulo da Remap.

O SR. PAULO DA REMAP - Obrigado. Bom dia a todos. Quero aqui parabenizar e agradecer a presença de todos vocês para fazer com que essa Audiência Pública tenha a finalidade desejada, que é realmente agraciar várias questões que ainda se encontram pendentes. Eu tenho certeza que está em muito boas mãos aqui com o nosso Deputado Ismael Crispin, que está presidindo a sessão. Eu quero parabenizá-lo e quero dizer a você, deputado, que nós estamos aqui de braços abertos para receber todos vocês aqui em nosso município. Para nós é motivo de muita alegria.

Quero agradecer também a presença do nosso amigo Deputado Laerte Gomes. Muito obrigado, deputado. Quero também agradecer de coração aqui a presença do nosso Deputado Lucio Mosquini. Muito obrigado, deputado, pela presença aqui em nosso município.

Quero agradecer ao Secretário de Agricultura, Luiz Paulo, muito obrigado pela presença. Leve os nossos agradecimentos ao nosso Governador Coronel Marcos Rocha.

Quero agradecer também ao nosso Presidente da Câmara, nosso companheiro e amigo Ferreirinha. Muito obrigado, Ferreirinha, companheiro nosso ali na Câmara. Sempre digo que o Poder Executivo e o Legislativo têm que andar de mãos dadas. Graças a Deus, aqui em Machadinho nós temos feito isso.

Agradecer a presença aqui da nossa engenheira florestal Débora Rosa. Muito obrigado. E a todos vocês aqui presentes, meu muito obrigado pela participação ativa nessa audiência pública. Muito obrigado a todos.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, prefeito.

Também quero registrar a presença da Silvia Gandra, uma amiga nossa aqui em Machadinho D'Oeste. Seja bem-vinda a essa audiência, Silvia.

Nesse momento, convido para a fala nossa liderança, nossa voz no Congresso Nacional, Deputado Federal Lucio Mosquini.

O SR. LUCIO MOSQUINI - Obrigado. Bom dia a todos. Para mim é uma alegria estar aqui em um ambiente muito propício para falar de meio ambiente, porque nós estamos aqui, Deputado Ismael Crispin, no meio de produtores rurais, e nada mais importante para tratar de meio ambiente do que o próprio produtor rural.

Então, eu quero agradecer ao Deputado Ismael Crispin pelo convite e cumprimentá-lo, falar da importância que tem esse zoneamento para Rondônia. Às vezes as pessoas, Deputado Ismael, é difícil de entender o que é um zoneamento, mas se nós aprofundarmos um pouquinho, vamos entender a importância que tem isso para o nosso futuro. Então, eu quero parabenizar o Deputado Ismael Crispin; não menos importante o De-

putado Laerte Gomes, que é produtor rural, que anda Rondônia de ponta a ponta, e sabe a importância que tem esse trabalho. É tanto que está aqui hoje participando junto com o Deputado Ismael Crispin. Então, meus cumprimentos a vocês.

Cumprimentar o Luiz Paulo, nosso Secretário de Agricultura, que tem feito um belíssimo trabalho. Cumprimentar o Zé Ferreira, nosso Presidente da Câmara. E o Paulo, que é o prefeito da nossa cidade, uma pessoa extremamente simples, humilde, visionária, está colocando Machadinho D'Oeste no caminho que deve estar e moldando a cidade para o futuro. Ele veio da iniciativa privada, conhece os caminhos de modernizar nossa cidade. Então, parabéns, Paulo, a você e toda a sua equipe. Ninguém é bom sozinho.

Começando por nosso Vice-Prefeito Reginaldo, os vereadores, em nome do Irmãozão, quero cumprimentar todos os vereadores aqui, cumprimentar a Débora Rosa, que é engenheira. Débora, bom dia para você. Muito feliz de estar aqui com você e quero ouvi-la.

Deputado Ismael Crispin e Deputado Laerte Gomes, não tinha um cenário mais perfeito para eu estar, Deputado Laerte, agora de manhã, que não fosse esse. Falar de meio ambiente para produtor rural. Deputado Laerte, vou esperar Vossa Excelência sair do celular para você me ouvir. O que estão querendo fazer com o nosso país é pegar as leis ambientais e travar a produção. É isso que está acontecendo hoje. Parando a produção ambiental, parando a produção por conta da lei ambiental.

Isso não pode. Isso vai parar o país. Porque nenhum produtor que está aqui, Deputado Crispin, está legalizado a rigor pela lei ambiental. Os ambientalistas que tem lá em Brasília acordam todo dia cedo procurando uma maneira de prejudicar um produtor rural. Quando o camarada não tem nada para fazer, eles preparam uma instrução normativa que não precisa de lei, um decreto que não precisa de lei. Qualquer norma dessa atrapalha o produtor rural. E a título de preservar o meio ambiente, vai matando a nossa produção. E olha, a cidade, Deputado Laerte, só vive por conta do produtor rural. Porque lá na cidade fabrica o trator que usa na roça. Lá na cidade fabrica o pneu que usa na roça. Lá na cidade fabrica os insumos que usa na roça.

Então, as leis ambientais têm que ter um pacto de produção no Brasil. Isso é muito sério. E tem muita gente gravando aqui, isso aqui pode andar o mundo, mas hoje a missão do mundo, principalmente da comunidade europeia, é parar o Brasil. Nós somos grandes produtores em 10 produtos. Ou para o Brasil, ou nós vamos ser uma grande potência mundial em comida. Nós somos o maior produtor de soja; somos o maior produtor de carne de frango; somos o maior produtor de carne bovina; somos o maior produtor de suco de laranja; somos o maior produtor de celulose; somos o maior produtor de fumo, de fumo nós somos o maior produtor; somos o maior produtor de café; nós somos o terceiro maior produtor de frutas cítricas no mundo inteiro, nós somos o terceiro maior.

E nós estamos no caminho de atingir o ápice da nossa produção. Mas, as leis ambientais, como estão hoje, são para parar o produtor rural. E nós somos o maior produtor, sem nenhuma segurança, porque nós importamos 74% do fertilizante nosso, vem de fora.

Agora está lá uma guerra do Irã com Israel, e Omã está ao lado. É o maior produtor de ureia do mundo. A ureia que é usada em Machadinho vem lá dos Emirados Árabes. E uma guerra, aumentou em uma semana 100 dólares a tonelada - 100 dólares a tonelada.

E você em Machadinho D'Oeste, não tenho nada a ver com isso, não. Você tem tudo a ver! De uma semana para cá, a ureia subiu 100 dólares.

Nós utilizamos aqui, 87% do fósforo do Brasil vem do Canadá. E lá no Canadá, do que eles produzem, 34% sai de uma reserva indígena, sai de uma aldeia indígena, lá no Canadá. E nós aqui do Machadinho, pagamos *royalties* para os índios canadenses, que são todos ricos. E nós não podemos tocar nas nossas reservas. Nós temos as maiores reservas minerais do Brasil, hoje, estão em terras indígenas e a gente não pode tocar.

O petróleo, só em 12 dias, subiu 27%. Em 12 dias subiu, por conta de uma guerra lá. E nós estamos com a "bunda" sentados em cima das maiores jazidas de petróleo. E não podemos mexer por conta das leis ambientais.

Se a gente for aqui no Amapá, o potencial que tem a Amazônia Equatorial, com relação ao petróleo é gigantesco. E não é que nós não podemos explorar, Deputado Laerte. A gente não pode nem pesquisar. E o petróleo sobe em 12 dias 27%.

Então, nós temos que fazer uma revolução do campo para parar essas leis ambientais. Porque hoje, se nós não fizermos um pacto, um pacto de produção com relação às leis ambientais, daqui a pouco tempo, os trabalhadores rurais nem vão ter um trabalho mais.

Outro cenário difícil são as leis trabalhistas. Se hoje chegar um auditor do Ministério do Trabalho em qualquer propriedade aqui, tem que fechar. Não é isso, Luiz Paulo? Tem que fechar. Você não pode subir em um trator, sem uma luva e sem uma máscara. Você não pode tirar um leite sem que esteja com um avental, sem que esteja com uma bota de borracha. Você não pode tocar em uma pistola de vacina do gado, sem uma luva. Ou seja, nós estamos todos irregulares com relação às leis trabalhistas. Tem que ter um pacto, essa perseguição em cima do produtor rural.

Eu estou lá em Brasília com essa mentalidade, com essa mentalidade. "Deputado, você fez o quê?" Eu fiz tudo que eu podia, até hoje. Talvez não tenha sido nem 1% do que poderia ter feito, mas eu lutei e eu vou continuar lutando todos os dias. A minha missão lá é defender o meu pão de cada dia. E o meu pão de cada dia sai da terra.

Hoje, antes de vir para cá, lá na minha propriedade, eu tirei mais de 200 litros de leite. Esse é meu pão de cada dia. É ele que eu tenho que defender. Se nós assim não o fizermos, nós vamos parar a produção no Brasil.

Nós somos os maiores produtores, eu citei aqui, Deputado Laerte, os 10 produtos, que nós somos os maiores do mundo. Não é que nós somos bons para nós aqui, não. Nós somos o maior do mundo, importando 80% da nossa matéria-prima.

Como é que pode, Luiz Paulo, isso? Como é que você consegue fazer isso? Tem que mudar. A gente tem que levar lá para Brasília políticos que pensam no homem do campo. E as demais atividades, Luiz Paulo, são muito importantes. Tudo é muito importante.

Agora são 10 horas e 20 minutos. Meio dia, uma hora da tarde, nós vamos almoçar. O que estiver em cima da mesa foi um produtor que colocou lá. Nada do que está em cima da mesa fugiu das mãos de um produtor rural. E nós vamos ficar sem essa comida.

O mundo tem 3 bilhões de habitantes. Em 50 anos, nós vamos crescer 25% da população mundial. E a nossa agricultura tem a expectativa de crescer 8%, só. Nós precisamos, sim, das leis ambientais. E o que a gente tem que se conscientizar é que nós precisamos encontrar o ponto de equilíbrio entre a produção e o meio ambiente. Derrubar a árvore, meu irmão, não existe mais.

Você que ainda pensa em derrubar uma árvore, pode parar. Você vai ter um monte de inimigo atrás de você. Agora, nós precisamos otimizar a produção em cima do que tem. Está aqui o Deputado Laerte, junto com o Deputado Crispin, e o Deputado Laerte me falou que hoje vai entregar equipamentos agrícolas para uma associação. Meu irmão, uma plantadeira, uma niveladora, uma grade ou ensiladeira trabalhando na terra quadruplica a produção natural daquela terra. Se você plantar cinco hectares de milho, cinco hectares de milho equivalem à produção de 25 hectares de capim para uma vaca. Multiplica por quatro, cinco vezes. É isso que a gente tem que fazer e é isso que nós estamos fazendo.

Além disso, o Deputado Laerte vai entregar, hoje à tarde, implementos agrícolas para duas associações. Esses implementos que você está mandando lá, você colocou dinheiro lá na associação, comprou os implementos. Esse dinheiro, você é igual um banco? Emprestou para o produtor, está pagando juros? Ou é a fundo perdido?

O SR. LAERTE GOMES – Imposto do cidadão. **(fora do microfone)**

O SR. LUCIO MOSQUINI - Olha aí, o Deputado Laerte está devolvendo lá. Esse é o nosso papel. Quem está aqui, eu estou vendo um balãozinho do Sicoob, pode sair daqui e ir ali pegar um dinheiro emprestado, mas depois tem que ir lá devolver.

O recurso que o Deputado Crispin coloca, que eu coloco, que o Deputado Laerte coloca, é direto para o produtor, é injetado direto na veia da produção. É injetado direto na veia da produção. Porque o Deputado Laerte e o Deputado Crispin não dão cama para o produtor, não dão ar-condicionado, televisão, não. Dão trator, dão a grade, dão ensiladeira. É injeção direta na veia da produção. Esse é o papel do produtor rural aliado aqui com os agentes públicos. É isso que nós estamos fazendo.

Então, eu quero parabenizar todos os produtores rurais. Parabenizar o grande salto que Machadinho está tendo. Eu vou falar de três projetos meus aqui, Paulo, rapidamente, que pegam Deputado Laerte, necessariamente o desenvolvimento de Machadinho.

Primeiro é a BR-080, que todo mundo aqui já viu falar dela. Ela nasce lá na 273, nasce lá em Colniza/MT. Passa aqui no Distrito Três Fronteiras, que vocês conhecem como Guatá, passa em Machadinho, passa no 5º BEC, passa em Ariquemes, passa em Monte Negro, em Buritis, em Jacinópolis, em Rio Branco, em Nova Dimensão e chega até Nova Mamoré. "Deputado, vai sair?" Vai sair, vai sair.

Liga agora, aqui tem várias pessoas de Buritis que eu já vi. Tem o nosso, que foi candidato a prefeito, tem um vereador de lá. Pergunta para eles, lá em Jacinópolis, o DNIT, Deputado Laerte já está fazendo a topografia do estudo de viabilidade socioeconômica. Vai lá que você vai ver a equipe trabalhando. Então, essa BR-080 é de verdade.

Talvez eu não estarei vivo para ver um dia ela funcionando, eu espero a Deus que sim, mas eu estou fazendo a minha parte. A outra é o TUP, aqui do Tabajara. O que é o TUP? Terminal de Uso Privado, é um porto privado. O Ministério de Portos e Aeroportos está fazendo um estudo para dar a concessão para montar um porto aqui no 2 de Novembro.

Quem colocar uma balsa aqui no Porto 2 de Novembro, com 152 quilômetros, Deputado Laerte, vai sair lá no Rio Madeira. 152 quilômetros, você já chega no Rio Madeira. Você ganha um dia no transporte daqui para Manaus. Quando nós estamos com a nossa BR exaurida já, e o transporte fluvial é a alternativa mais barata que nós temos, Machadinho é abençoado por Deus quando tem um rio aqui do lado.

E o outro projeto que é extremamente importante para nós aqui é esse triângulo da soja, que está nascendo aqui. Se você chegar no 5º BEC, vai ver que tem um triângulo. Onde você andar, tem lavoura mecanizada. E aí nós temos aqui em Machadinho, Deputado Laerte, terra já antropizada, que terra antropizada hoje, onde achar, é muito bom, porque você livrou do crime ambiental, que é a terra que já tem pastagem.

Você tem terras planas, que é a grande maioria aqui de Machadinho, Ariquemes, 5º BEC, Anari, e você tem ainda uma terra barata. "Deputado, é barato?" É barato. Vai lá no Paraná e compra um hectare lá e vem aqui comprar. Esses três fatores, por isso que eu chamo de triângulo da lavoura, vai melhorar muito a nossa região.

E esse é o caminho, é a discussão e passa aqui pela Assembleia Legislativa. Então, eu quero parabenizar o Deputado Ismael Crispin, o Deputado Laerte. Não é só aqui em Machadinho não, para quem acompanha o Deputado Crispin como eu acompanho, o Deputado Laerte, toda semana eles estão em uma região do Estado, toda semana discutindo e ouvindo. Para tirar dessas

audiências um belíssimo relatório desse modelo novo de ocupação da produção do Estado de Rondônia.

Então, parabéns a todos vocês e parabéns à Assembleia Legislativa. Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Lucio Mosquini.

Quero registrar aqui a presença do Prefeito do Município de Vale do Anari, Prefeito Cleone, e registrar a presença, também de Vale do Anari, do Vereador Ueliton Polaquinho.

Nesse momento, convido para uso da fala o 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES - Bom dia. Bom dia a todos. É uma alegria poder estar aqui em Machadinho, dentro da nossa Feira que se inicia hoje, essa Feira maravilhosa, espetacular, a qual eu quero deixar os cumprimentos ao Amilton, Presidente da ACEMA (Associação Comercial e Empresarial de Machadinho D'Oeste) e toda a sua diretoria por estar realizando essa Feira. Uma feira que hoje só está atrás da Rondônia Rural Show em Rondônia.

É uma alegria podermos, mais uma vez, trazer a Assembleia Legislativa presente junto ao setor produtivo, junto ao Município de Machadinho D'Oeste, junto à AgroShow.

É uma alegria muito grande para todos nós, a qual eu já aproveito aqui e deixo o abraço do Presidente Deputado Alex Redano. Agradeço aqui toda a equipe de servidores que estão aqui hoje, a todos que vieram até aqui para, realmente, fazer acontecer a Sessão Extraordinária que vai ser realizada amanhã, a partir das 10 horas, se não me falha a memória, inclusive com uma Sessão Solene que nós propusemos.

Cumprimentar aqui o Presidente desta Sessão, nosso querido amigo Deputado Ismael Crispin, que faz um grande trabalho à frente da Comissão de Meio Ambiente, como fez um grande trabalho à frente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e como também fez um grande trabalho quando foi nosso 1° Secretário da Assembleia quando eu fui Presidente no biênio de 2019/2020. Então, é uma alegria estar aqui com você, Deputado Ismael, e parabéns pelo teu mandato, pelo teu trabalho.

Saudar aqui o Secretário de Estado de Agricultura Luiz Paulo. Leve nosso abraço ao nosso Governador Coronel Marcos Rocha, nosso parceiro, nosso amigo que vem dando suporte para que os deputados possam trazer benefícios, trazer recursos ao setor produtivo e vem realizando um grande trabalho à frente do nosso Governo do Estado. Então, Luiz Paulo, parabéns pelo teu trabalho, parabéns pela Rondônia Rural Show, foi um show esse ano e você esteve à frente coordenando e está de parabéns.

Cumprimentar aqui o Presidente da Câmara José Ferreira, leve um abraço a todos os nossos vereadores da Câmara Municipal do Machadinho D'Oeste, em especial, ao Vereador Gilmar, que é nosso parceiro, e à nossa Vereadora Jeane Laray, que está aqui conosco. Deixo nosso abraço em nome de vocês a todos os demais vereadores. O Vereador João Pereira está aqui também. A todos os demais vereadores que estão presentes. Deixar um abraço ao nosso Vice-Prefeito Reginaldo do Esporte, que também está aqui.

Cumprimentar aqui a Doutora Débora Rosa, engenheira florestal. Aprovamos uma grande lei e depois eu gostaria que você falasse, uma lei de nossa autoria com apoio dos deputados, inclusive do Deputado Ismael Crispin, todos os deputados, que ontem já sancionou, já é lei em Rondônia, vai beneficiar o setor produtivo, Doutora Débora, então uma alegria estar com você aqui.

Cumprimentar aqui o Deputado Federal Lucio Mosquini. O Lucio Mosquini é um deputado federal que a gente precisa acompanhar um pouco mais o trabalho dele. Ele falou algo aqui interessante. Às vezes a gente vota, e eu vou falar um pouquinho dessa questão ambiental também, de regularização. Infelizmente, gente, infelizmente, isso não está na alçada do Poder Legislativo do Estado, nem na alçada de Câmara de Vereadores. Infelizmente, os Poderes Legislativos estaduais e municipais muito pouco podem legislar diante do modelo presidencialista que nós temos aqui no Brasil. Hoje quem legisla é a Câmara Federal. Todas essas leis ambientais de regularização é Câmara Federal.

E, às vezes, a gente está cobrando, cobrando, mas nós temos um pouco de responsabilidade também. Que a gente coloca lá representantes nossos — nós sendo da roça, e eu sou da roça, vim da roça —, que não sabe nem o que é um pé de alface, quanto mais o que é um embargo ambiental. E nós ficamos aqui de mãos e pés amarrados, Deputado Ismael Crispin, e não conseguimos avançar no Congresso.

Nós já temos o resto do país contra nós e ainda temos políticos aqui em Rondônia, no Congresso Nacional, que legislam contra os produtores rurais. Que não sabem o que é um projeto de lei ambiental, que não sabem o que é um embargo, que não sabem como é a regulação fundiária. E a gente fica sofrendo aqui. Por isso que eu te respeito, Deputado Federal Lucio, porque você conhece profundamente essa legislação.

Olha, se nós não estamos piores ainda na questão ambiental de embargo, de Prodes (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite), de floresta, nós devemos agradecer ao Deputado Federal Lucio Mosquini, que é quem tem levantado a nossa bandeira em Brasília. Então, parabéns, meu amigo. Tem o meu respeito e tem a minha admiração.

Saudar aqui meu parceiro, meu amigo, que amanhã vai ter um batismo aqui, 10 horas, eu quero convidar todos vocês a virem, chamado Paulo da Remap. O Paulo Henrique, que é o Paulo da Remap, amanhã nós vamos batizá-lo aqui. Eu propus na Assembleia Legislativa e foi aprovado o Título de Cidadão Honorífico do Estado de Rondônia pela história e pelo trabalho prestado pelo Paulo Henrique, que é o Paulo da Remap. E amanhã nós vamos conceder, entregar esse Título para ele. E, a

partir de amanhã, Paulo, tu que és paranaense, vai ser rondoniense de verdade, de fato e de direito.

Um homem simples, um homem bom, trabalhador, inteligente, que junto com a sua equipe tem transformado a história do Município de Machadinho D'Oeste, Paulo. E eu me coloco junto da tua equipe e me coloco junto nessa transformação pela parceria e o trabalho que nós fizemos realizando obras, entregando obras, implementos, asfalto. Enfim, fizemos um grande trabalho juntos nesses últimos quatro anos e esse é muito mais coisa boa por aí.

Cumprimentar a todos vocês. Deixar um abraço ao Jair também, nosso Presidente da AAMA (Associação dos Agropecuaristas de Machadinho D'Oeste) que está aqui. Vamos ter agora em agosto a exposição, coloquei uma emenda de R$ 300 mil, vamos trazer Marília Tavares. De graça, tá? De graça para todo mundo aqui de Machadinho D'Oeste.

O ano passado já colocamos, fizemos um evento de graça e esse ano também colocamos recursos para fazer a exposição no parque da AAMA de graça, para todos poderem participar. Para o produtor rural, para o pecuarista, mas também para o trabalhador, Deputado Ismael Crispin. Tem quatro, cinco filhos, às vezes não dá conta de pagar o ingresso ali na porta, porque o filho quer comer um pastel, quer tomar um refrigerante, quer ir no parquinho, e aí não pode vir. Agora não, vai vir todo mundo, quem quiser, porque todas as noites, né, Jair? É gratuito para todo mundo. Deixar um abraço a todos os produtores rurais, a todos os servidores; um abraço aqui, em nome do Luiz Paulo, para o Laion, que está aqui, que é empresário, comerciante; enfim, sintam-se todos cumprimentados.

Hoje é um dia muito importante aqui, se realiza a última audiência que o nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Deputado Ismael Crispin, faz aqui sobre o Zoneamento Socioeconômico aqui do nosso Estado de Rondônia. Eu tive a oportunidade, Deputado Ismael, nós tivemos, você junto comigo, em 2020, Deputado Lucio, Doutora Débora, de ter o zoneamento pronto, feito, na Assembleia Legislativa. Talvez com alguns ajustes que nós estávamos fazendo, mas infelizmente a gente também, na política, precisa reconhecer a irresponsabilidade de um ou dois deputados estaduais da época atrapalharam o zoneamento, ter sido votado e aprovado há cinco anos, quando colocaram áreas que são invasões, na época.

E eu falo isso, Deputado Lucio, com a maior tranquilidade. Bico do Parque, Terra Roxa, que eram invasões, colocaram dentro do zoneamento. E aí, a gente aprovou; e a Justiça tornou inconstitucional o projeto. O governo vetou.

Então, faltou maturidade, faltou responsabilidade e faltou compromisso, naquele momento, com o setor produtivo do Estado de Rondônia. Muitas vezes, gente, infelizmente, na política, vem 100, vem 200 pessoas, e aqueles produtores —, não estou falando que eles são culpados também, porque eles estão ali na terra —, mas não cabia a eles naquele momento estar dentro do zoneamento. Aí veio um monte de produtores, pressionaram os deputados, que colocaram emendas, e acabaram prejudicando todo o setor produtivo de Rondônia.

Deputado Ismael Crispin, nós conseguimos avançar e eu quero parabenizar o seu trabalho, porque você teve coragem de retomar isso. Mas, a gente sabe a dificuldade que nós vamos enfrentar para aprovar o zoneamento; porque, como muito bem disse o Deputado Lucio, e o Deputado Ismael Crispin fala isso, e a gente também sabe: hoje nós não temos só o mundo contra nós; nós temos o Brasil contra a Amazônia! Nós temos São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, que já tem a legislação consolidada, as áreas derrubadas, desmatadas. E hoje nós somos concorrentes deles, porque temos algo aqui que é uma bênção de Deus: a água em abundância.

Hoje, nós concorremos diretamente com esses Estados e por isso as bancadas de outros Estados tentam, cada vez mais, travar o desenvolvimento. E é muito sério essa questão que o Deputado Lucio falou, gente, essa questão ambiental. Não pensam que nós somos mais inteligentes do que a tecnologia, que a gente não é.

O Deputado Lucio falou um negócio aqui, é verdade: desmatar. Há cinco, oito anos, a gente achava que era sabido, Luiz Paulo, e a gente ia lá com uma "PC" (máquina escavadeira) dentro de uma mata e brocava. "Ó, vou brocar com o 'satélite 90'!". Não é assim, Doutora Débora? O satélite via a gente lá, agachado, lá dentro do curral. Quanto mais uma árvore derrubada!

Só Porto Velho embargou mil propriedades. Sabe de que jeito? Não foi notificando na sua porta não; foi pelo Diário Oficial da União. Quem aqui sabe acessar o Diário Oficial da União, que é produtor rural? Eu sou meio "caipirão", eu também não sei puxar lá; imagina o produtor, lá no sítio, lá na MA-28, Paulo? Como é que ele sabe que a área dele está embargada? Aí, quando vai pegar o financiamento do banco, quando vai vender um gado, não pode vender porque está embargada. Ele nem sabia, deputado Lucio! E é assim que estão fazendo! É assim que estão fazendo! Embargando o seu patrimônio, o qual você trabalhou a vida inteira para ter, que é o sustento da sua família: pelo Diário Oficial da União!

Você vai lá no CAR (Cadastro Ambiental Rural), lá no CAR de vocês, qualquer um aqui, não sei se todos, mas a maioria. Deve ter no mínimo, lá, Deputado Lúcio, 30 notificações no e-mail dele, Doutora Débora! De 30 é pouco! De 4, 5 anos para trás! Por quê? O pequeno produtor, o que ele faz? O grande, não; é diferente. Porque o grande tem uma consultoria, cuida. O pequeno, sabe o que ele faz, Doutora Débora, ele vai na Emater. A Emater faz o CAR dele, registra o e-mail lá e não olha mais. Também não tem tempo. Não tem tempo de estar olhando. E o cidadão, o produtor, não abre e-mail. Eu não abro. É difícil. Você imagina o produtor rural!

Ai, quando ele vai vender uma terra, quando ele vai vender um gado, quando ele vai lá, tem 30 e-mails notificando que as APP's dele, (Área de Prevenção Permanente), ele tem que florestar, que ele tem que florestar as APP's, Paulo, que ele está um problema de

Autenticidade, integridade e interoperalidade - ICP BRASIL VIDE ORIGINAL https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/

embargo!

Então, gente, isso é muito sério! Mas é muito sério mesmo! Por isso que eu falo! Ontem eu falei em Costa Marques, eu estava lá ontem. Falei em São Francisco ontem, Deputado Lúcio! Gente, só tem um jeito de nós mudarmos. Tudo o que fizermos não vai adiantar. Nós precisamos mudar o Congresso Nacional e precisamos mudar a Presidência da República. Ou nós não vamos avançar.

Não estou aqui falando de partido político, de nada. Infelizmente, a ideologia de quem está no poder hoje, o compromisso deles, a pauta deles é ambiental. E quem paga a conta somos nós que produzimos aqui, Gilmar. Essa é a grande verdade. Ou vamos nos unir para fazer essa transformação e essa mudança, Deputado Lúcio, para botar quem conhece lá no Congresso — deputado federal, senador —, quem conhece o setor produtivo, quem tem compromisso com o setor produtivo, Paulo. Ou nós vamos sofrer e, daqui a pouco, inviabiliza essa Amazônia toda. Inviabiliza.

Eu vi aqui o Deputado Crispin falar, o Deputado Lucio falar, e é verdade. O mundo, o mundo, já está deixando de lado a pauta ambiental. É só olhar os marcos ambientais de vários países, já levaram para 2020 na Europa, mas eles largaram a pauta ambiental deles. Por quê? Porque o mundo vive uma grande crise alimentar.

Então, estão preocupados com eles. Mas, o nosso eles não permitem, é isso que eles falaram aqui. O nosso não é só mexer no marco ambiental do Congresso nosso, que é 2008, não é, Deputado Lucio? É uma guerra mundial. É boicote, embargo econômico para o Brasil, não compra mais produto nosso. Compra porque precisa, mas é uma guerra.

Então, por isso que a gente precisa ter representantes que tenham, com todo respeito, culhão para poder encarar essa pauta sob pena de inviabilizar a Amazônia. E hoje, inviabilizando a Amazônia, inviabiliza o Brasil também.

Então, gente, eu quero agradecer, parabenizar, conte conosco, Deputado Ismael Crispin, conte conosco nesse zoneamento. A gente sabe da luta que nós vamos ter para fazer, construir, para esse projeto chegar na Assembleia. E a luta maior ainda, vocês que são produtores rurais, maior ainda vai ser quando estiver na Assembleia a pressão de áreas que não podem estar no zoneamento e vão querer entrar.

E aí nós vamos ter que ser firmes, ser duros, falar a verdade e não permitir para que a gente possa implantar o zoneamento aqui, para a gente avançar. Para Rondônia crescer é fundamental a gente avançar no Zoneamento Socioeconômico do Estado.

Obrigado. Boa feira a todos. Vamos estar aqui, amanhã, às 10 horas, vai ter Sessão aqui da Assembleia Legislativa, Sessão de homenagem, e várias matérias vão ser deliberadas aqui no Parlamento. E é importante vocês estarem aqui para ver o trabalho do seu deputado, como se comporta, como vota aqui na Assembleia Legislativa. Gente, obrigado, Deus abençoe a todos e uma boa feira.

Presidente, vamos fazer aqui a abertura, às 15 horas? A Assembleia, o Presidente está aqui, o Senhor Amilton está aqui, Presidente da Acema, às 15 horas vai ser a abertura da Feira aqui no estande, está à disposição de vocês, já está confirmado, aqui no estande da Assembleia Legislativa, que já está fazendo parte da história aqui da Feira.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Obrigado, Deputado Laerte.

Eu quero registrar a presença do meu amigo, sempre prefeito, sempre deputado estadual, sempre presidente, ex-presidente Neodi Carlos. Vi chegando ali. Se quiser vir para cá, Neodi, é uma honra para nós. Você tem autoridade para isso, é uma voz do setor produtivo. Esse momento aqui é muito importante. Estou muito feliz de ter a tua presença aqui, tem assento aqui. É convidado a estar com a gente aqui na Mesa.

Nesse momento nós vamos encaminhar aqui, e aí, olha, é autoridade política, presidente de associação, representante do setor produtivo, representante do setor ambiental, não tem problema. Esse espaço aqui é democrático. Se tem uma coisa que nós temos feito nesses dias é tentar se atentar à legislação, dando voz a todos, porque só dessa forma, é o entendimento que nós temos, poder avançar em uma pauta tão sensível como essa.

Então, esse é o momento que a Doutora Débora Rosa vai fazer uma apresentação. Vou pedir para você prestar atenção nesse momento. Enquanto ela faz a apresentação, o nosso Cerimonial está aqui, está aqui a Jaqueline, lá no fundo, na mesa, pode se encaminhar a elas, dar o seu nome para poder fazer uso da fala depois que a Doutora Débora fizer aqui a apresentação.

E nós vamos fazer aqui já um contrato, viu? Nós vamos fazer um contrato aqui. O momento de inscrição é enquanto a Débora fala. Depois, quando a Débora concluir a fala dela, se eu tiver uma inscrição, eu vou ouvir uma pessoa e vou encaminhar para o encerramento, tá? Porque, às vezes, a gente faz, abre aqui o momento da inscrição, depois que dez falaram, aí começa "me inscreve, me inscreve, me inscreve".

A gente não pode ser desordenado desse jeito. Nós temos que aprender a ser organizados. Então, a gente pode abrir, é para isso que a gente está aqui. Esse é o momento. No momento de falar, lembrem-se, esse material é a contribuição que vocês estão dando para que a gente, de fato, convença o governo da necessidade de fazer esse trabalho.

Então, eu preciso que você se identifique: "Eu sou João da Cruz, lá da Linha 28, PA Cotia". Pronto, você está se identificando, vai fazer o seu encaminhamento e se for preciso depois chegar lá com você para identificar o teu encaminhamento, a gente tem o nome, tem o endereço. Eu preciso disso, está bom?

Com a palavra a Doutora Débora Rosa.

A SRA. DÉBORA ROSA DA SILVA DO CARMO – Bom dia a todos, eu peço licença para me aproximar do

telão para melhor apresentação.

Cumprimento todos aqui presentes em nome do Presidente da Comissão do Meio Ambiente Deputado Ismael Crispin. Vou me aproximar do telão para ficar melhor a visualização dos mapas e para explicar melhor para vocês. Inicialmente, eu vou fazer um histórico sobre o zoneamento do nosso Estado. Posteriormente, eu vou fazer uma apresentação do que se trata o Projeto de Lei de 2020, e o que alteraria para o nosso Estado, e ponderando todos os benefícios dessa atualização do zoneamento para o nosso Estado e os motivos.

(Apresentação de slides no telão)

O zoneamento no nosso Estado iniciou em 1988, com o Planafloro (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia), que foi um projeto que deu embasamento para o nosso primeiro zoneamento, que era destinado a um ordenamento da ocupação do nosso Estado, em 1988.

Esse primeiro zoneamento avaliou várias questões que nós tínhamos na época. Como nós tínhamos recebido vários projetos de incentivo à ocupação no nosso Estado, foi necessário ter um primeiro zoneamento para se criar um ordenamento, tanto da ocupação, como da produção e da preservação do meio ambiente.

Então, o primeiro zoneamento teve uma caracterização de situação fundiária, onde havia os projetos de colonização, quais eram os locais que se tinha maior aptidão agrícola, onde havia cobertura vegetal no nosso Estado, e onde havia unidades de conservação, já definidas naquela época.

Esse primeiro zoneamento já utilizou alguns dados de satélites, e também, utilizou o Projeto Radam (Radar na Amazônia), que foi elaborado e apresentado em 1978.

O primeiro zoneamento tinha uma escala macro, de 1:1.000.000, não tinha um grande detalhamento, como nós temos o nosso de hoje. Ele dividia todo o nosso Estado em 6 zonas, como os senhores podem ver neste mapa, cada cor é uma zona. E ele foi aprovado em 1988 por um decreto, e depois, por uma Lei Complementar nº 052, já em 1991.

Então, nesse primeiro zoneamento, nós tínhamos definição da Zona 1 como intensificação de áreas de exploração agropecuária, naqueles locais do nosso Estado onde havia maior ocupação; algumas áreas de pequenos produtores em coletividade; áreas ribeirinhas, perto do Rio Madeira; áreas extrativistas; áreas destinadas a manejo florestal e áreas destinadas a conservação de preservação. Então, assim foi caracterizado o nosso primeiro zoneamento.

E então, 12 anos depois, o Estado viu a necessidade de atualizar essa ferramenta. Como nós tínhamos passado por mais desenvolvimento ainda, e nós precisávamos atualizar essa ferramenta, conforme se encontrava o nosso Estado em 2000, então iniciaram os estudos por volta de 1996 e 1997, que culminou com a aprovação da lei do nosso zoneamento de 2000 - que nós temos vigente até hoje no nosso Estado.

Esse zoneamento de 2000, já foi mais detalhado, ele teve uma aproximação maior. Ele já foi destinado a verificar a capacidade ambiental que o nosso Estado tinha; um planejamento de como poderiam ser as atividades públicas e privadas aqui; dados como geologia, hidrografia - nós tivemos a definição de todas as bacias hidrográficas existentes no nosso Estado -; recursos hídricos; climatologia; vegetação, que cita a existência de floresta e de cerrado, aqui no Estado de Rondônia.

Definiu o nosso Estado com 5 zonas de fauna, e também, fez uma definição de onde havia maior uso e ocupação, existente na época; onde havia estrutura fundiária e quais eram os locais de maior aptidão agrícola para desenvolvimento. Assim como também, foram definidas as principais áreas do nosso Estado, onde havia maior vulnerabilidade ambiental.

Então, o que nós temos hoje, é um zoneamento aprovado em uma escala de 1:250.000 - o primeiro, era de 1:1.000.000. Então nesse, já houve um detalhamento maior, e alguns dados ele apresenta uma escala de 1:100.000. Já foi um zoneamento que reduziu o quantitativo de zonas, de 6 passou para 3, e algumas subzonas. E ele foi aprovado pela Lei Complementar nº 233, no ano de 2000.

Cinco anos depois, após ter sido analisado o nosso zoneamento - o zoneamento do Estado de Rondônia é o primeiro do Brasil a ser aprovado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente e pelo Ministério do Meio Ambiente. Então, após essa análise do Conama e do MMA, houve uma retificação do nosso zoneamento, que ocorreu pela Lei Complementar nº 312, no ano de 2005.

E o que trata esse zoneamento vigente, hoje, no nosso Estado? Ele trata de 3 zonas, como foi dito: a primeira zona, é a Zona 1, a qual se divide em 4 subzonas: 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4.

Essas áreas todas ali no mapa, em amarelo, são as áreas destinadas à Zona 1, onde se é permitido o uso do solo de diversas formas, como agropecuária, agroflorestal e florestal. Então, são as áreas mais destinadas à produção.

Quando foi aprovada essa lei, nessas zonas havia um potencial diversificado de ocupação. Então, existiam zonas com alto potencial populacional e outras com potenciais menores, mas todas estavam enquadradas dentro da Zona 1.

Nessa zona, como é de conhecimento, é permitido a conversão de vegetação para uso alternativo do solo dentro dos percentuais exigidos pelas leis federais. E essa zona equivale a 50,45% do nosso Estado.

Como foi criado em 2000, foi aprovado em 2000, na época não havia uma definição de reserva legal no nosso Código Florestal. Então, o zoneamento trouxe uma definição de como se poderia utilizar as propriedades que estavam em Zona 1. Então, ela poderia preservar 20% e utilizar 80%; assim também como em zona 1.2 poderia preservar 40% e utilizar 60%; em 1.3, preservar 70%, utilizar 30%; e 1.4 preservar 80% e utilizar 20% do imóvel.

No entanto, um ano depois, um ano depois, foi

Autenticidade, integridade e interoperalidade - ICP BRASIL VIDE ORIGINAL https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/

aprovada uma Medida Provisória que altera o nosso Código Florestal vigente na época, que era o Código Florestal de 1965. Nessa Medida Provisória define, de modo geral, em todo o Brasil, como áreas de florestas tendo que preservar 80% e áreas de cerrado tendo que preservar 35%. E aí, dessa forma, no nosso zoneamento, isso foi alterado, após essa Medida Provisória, e culminou com aquela alteração que foi em 2005 para a alteração de reserva legal.

Esse zoneamento vigente também trata da Zona 2. A Zona 2 está dividida em zona 2.1 e 2.2. Todos aqueles locais onde estão marcados em azul são locais identificados para a Zona 2. É uma zona que, com a publicação da lei em 2000, tinha uma ocupação incipiente, muito baixa, não existia muita população no local, uma área totalmente destinada à conservação dos recursos naturais.

Então, o que se podia aproveitar nesses locais, tendo imóveis, seria a realização de manejo florestal de uso madeireiro e não madeireiro. E aquelas áreas que lá em 2000, tinha propriedades com áreas abertas, poderia continuar utilizando essa área aberta, mas não era permitido, a partir do zoneamento, a expansão de conversão de floresta para outras atividades. Essa zona equivale a 14,6% do nosso Estado.

Então, só exemplificando melhor, se o proprietário tem um imóvel em Zona 2, hoje, e não fez nenhuma conversão da vegetação existente, ele deve preservar totalmente o imóvel sem poder ter nenhuma abertura de área. Então, ele só poderá ter atividades que mantenham essa vegetação e os recursos naturais existentes.

E uma última zona existente no nosso zoneamento vigente é a Zona 3, a qual se subdivide em três subzonas: 3.1, 3.2 e 3.3. São todas essas áreas em verde, que são consideradas institucionais. São terras indígenas, unidades de conservação estadual, federal e municipal. E essas áreas têm o uso totalmente restrito. Só é permitido se estiver dentro do plano de manejo, de uso daquela unidade ou daquela terra indígena e somente com autorização dos órgãos gestores. Essa zona equivale a 34,95% do nosso Estado. Lembrando que esse mapa está com a delimitação do zoneamento Zona 3 existentes na lei, no ano de 2000.

Então, para exemplificar melhor o que seriam algumas áreas existentes próximas nessa zona, a Flona do Jamari é considerada 3.1, a Rebio (reserva biológica) de Jaru é considerada 3.2 e a Terra Indígena Lourdes é considerada 3.3.

E então, aproximadamente 15 anos depois, o Estado de Rondônia viu novamente a necessidade de atualizar a ferramenta de zoneamento. Como eu disse para os senhores, o zoneamento é uma ferramenta de gestão do nosso Estado. Então, ele precisa ser atualizado de tempos em tempos.

Em 2015, o Estado viu essa necessidade e contratou uma empresa para realizar essa atualização. Essa empresa realizou estudos do período de 2015 a 2018. Ela ficou responsável por realizar estudos no nosso Estado e apresentar para a Comissão de recebimento dos serviços, da Sedam, esses estudos onde se poderia alterar, retificar, corrigir o zoneamento do nosso Estado.

E então, após esses estudos que foram concluídos em 2018, ocorreu a formação de uma Comissão Estadual de Zoneamento aqui no Estado, que passou a analisar todos esses estudos e também a verificar todas as demandas existentes do nosso Estado para essa atualização. Essa Comissão Estadual de Zoneamento foi formada pelo Presidente, o qual era o Secretário da Sedam, e por vários membros.

Dentre os membros se tinha Sepog, Seagri, Idaron, EpR, a Assembleia Legislativa - a qual participou com duas Comissões: a Comissão do Meio Ambiente e a Comissão da Agricultura -, O ICMBio, o Incra, o Serfal, Arom, Fetagro, Faperon, vários membros estiveram presentes para fazer essa discussão. E após quatro reuniões com a análise dos estudos e das sugestões feitas pelos membros, se concluiu o Projeto de Lei de 6 de outubro de 2020.

Então, essa Comissão aprovou esse Projeto de Lei. Esse Projeto de Lei, após aprovado, foi encaminhado para a Assembleia Legislativa através da Mensagem 277 de 2020.

E do que se trata esse Projeto de Lei que visa a atualização do zoneamento no Estado de Rondônia? Ele trata de um zoneamento em uma escala de 1:250.000, permanece mantendo o zoneamento em 3 zonas e algumas subzonas. E a classificação das zonas continuam como é nosso zoneamento vigente hoje: Zona 1 sendo aquelas áreas consolidadas, áreas de uso; Zona 2 de uso especial e Zona 3 aquelas áreas institucionais.

Esse projeto possui uma definição de Zona 1 conforme está demarcado neste mapa. A Zona 1 continua sendo áreas de uso agrícola, pecuária e florestal, tendo sido inserido nesse projeto o uso industrial, devido ao desenvolvimento do nosso Estado. Essas regiões onde eles definiram como Zona 1 seriam aquelas áreas de ocupação mais elevada e passa a ser 55% da área total do nosso Estado.

Então, todos esses locais marcados em amarelo é onde o Projeto de Lei sugere ser Zona 1 e as suas subzonas. Trazendo aqui mais para a região, aqui na região tem no projeto uma perspectiva de reclassificação de uma parte de Zona 2 para Zona 1, onde pode ser, desculpa, primeiro eu vou tratar da reclassificação da Zona 1.

No Projeto de Lei vigente existem três subzonas. Nesse projeto apresentado em 2020 já vem tratar apenas três subzonas. Então, ele reduz a quantidade de Zona 1, classificando praticamente quase todos os municípios aqui existentes como zona 1.1 e zona 1.2, que são aquelas áreas que têm uso já há muito tempo, contínuo, consolidado.

E essas alterações, o projeto visa em vários locais do nosso Estado: aqui na região, na região de Porto Velho, Nova Mamoré, assim também como lá no Cone Sul, em São Francisco do Guaporé, Espigão D'Oeste. Não é uma atualização somente aqui da região. Todo o Estado de Rondônia tem pontos em que vão ser atuali-

Autenticidade, integridade e interoperalidade - ICP BRASIL VIDE ORIGINAL https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/

zados essa reclassificação de Zona 1.

O projeto também prevê a Zona 2 classificada em duas subzonas, 2.1 e 2.2. Essas são aquelas áreas destinadas apenas para uso de manejo sustentável, onde se viu que é ainda uma área de densidade de ocupação baixa. Lembrando que, esses estudos foram feitos de 2015 a 2018, o Projeto de Lei foi apresentado em 2020. Então, tudo que eu estou apresentando aqui era o que existia durante o estudo e até a aprovação do Projeto de Lei.

Essas áreas de Zona 2, sendo subzona 2.1 e 2.2, passa a ser 4% da área total do nosso Estado. Aqui na região, nós temos uma iniciativa de alteração de Zona 2 para Zona 1, ou seja, uma zona de uso para manejo florestal e uma zona que passa a ser para uso alternativo do solo nas seguintes regiões: aqui é como está, hoje vigente, pelo nosso zoneamento de 2000 e aqui é como o Projeto de Lei pretende atualizar. Então, todos esses locais que estão em amarelo são os locais destinados à alteração de Zona 2 para Zona 1. Então, onde eu não podia ter um uso, com o projeto aprovado, eu poderei ter o uso. Respeitando sempre os percentuais de reserva legal, APP, que todo imóvel tem que ter.

E essa alteração de Zona 2 para Zona 1 também ocorreu em vários locais do nosso Estado. Todos esses locais em amarelo são indicativos do que pode ser alterado com esse Projeto de Lei de Zona 2 para Zona 1.

E aqui, só para exemplificar melhor, a respeito dessa alteração. Nós temos aqui 13 municípios do nosso Estado que poderão sofrer alteração com esse projeto, para a alteração de Zona 2 para Zona 1.

Nós vemos aqui municípios como Porto Velho, Candeias do Jamari, Cujubim, Pimenteiras do Oeste, Alta Floresta D'Oeste, Cerejeiras, Nova Mamoré, Machadinho D'Oeste, São Francisco do Guaporé, Costa Marques, Seringueiras, Guajará-Mirim e Alto Alegre dos Parecis. Então, são 13 municípios que poderão sofrer alteração de Zona 2 para Zona 1. E vocês podem observar que não são municípios localizados somente em uma região do Estado, são em várias regiões do Estado.

E também o projeto contempla a Zona 3 e as suas subzonas 3.1, 3.2 e 3.3. Mantém como sendo aquelas áreas institucionais de unidade de conservação e terras indígenas e com uso apenas para recursos naturais e somente com autorização dos órgãos que fazem a gestão dessas unidades e terras indígenas.

Essa zona, no Projeto de Lei em 2020, equivalia a 39% do nosso Estado. E essa houve, com o Projeto de Lei, também teria essa atualização de Zona 2 para Zona 3 nesses locais.

E aqui, é como o Projeto de Lei foi aprovado em 2020. Então, existem regiões onde tinha alteração de Zona 2 para Zona 1, no entanto, hoje a gente vê que há uma certa alteração disso devido à existência de áreas como unidade de conservação. Então, nesse segundo mapa, expõe melhor como que alterou em alguns pontos. No projeto hoje, se a gente levar em consideração, esses percentuais eles vão ser um pouco diferentes do que foi aprovado no Projeto de Lei de 2020.

E aqui, eu mostro uma comparação do quanto o zoneamento do nosso Estado foi evoluindo. Essa é a terceira alteração que é possível fazer. A primeira, nós tínhamos seis zonas, se tinha uma menor caracterização; na segunda, já vem com três zonas somente. E esse Projeto de Lei de 2020, ele prevê a manutenção dessas três, só que há uma alteração dos percentuais das zonas.

Então, em 2000 eu tinha 50% de Zona 1, o Projeto de Lei de 2020 prevê 54%. Então, amplia a Zona 1, que é a zona de produção. A zona 2, que era de 15%, passa a ser de 3%; então, há uma redução da Zona 2. A zona 3, que era de 35%, hoje, devido a todas essas alterações, todas as unidades existentes, passa a ser de 41%. Então, há um aumento de 6%.

Lembrando que o zoneamento não cria unidades. Esse percentual de unidades existentes ali, é somente levando em consideração todas as unidades, terras indígenas existentes no nosso Estado e já criadas por órgãos estaduais, municipais, federais; as que existem, está bom?

E aqui também há uma melhor definição de áreas de núcleos urbanos. Então, esse Projeto de Lei de 2020 traz uma caracterização desses projetos urbanos como 2% da área total do nosso Estado.

E aqui, temos alguns pontos, três pontos para levarmos em consideração do porquê atualizar nosso zoneamento. O primeiro ponto é o crescimento e a diversificação da nossa base produtiva. Nós temos hoje um zoneamento que é vigente desde o ano de 2000, então ele trata da realidade do nosso Estado lá em 2000. Ele foi aprovado no ano de 2000, mas os estudos foram feitos anteriormente. Nós temos um zoneamento que trata a nossa base produtiva como espelho de 2000 e não como espelho de 2025.

Então, hoje, nós temos uma base econômica muito voltada para a questão de serviços, agropecuária e indústria, sendo que a agropecuária tem crescido muito. E alguns números são importantes a gente destacar aqui, como, por exemplo, o rebanho bovino.

Nós temos um levantamento de 2022 de que o rebanho bovino do Estado de Rondônia chega a 17 milhões de cabeças. E quando a gente compara com o rebanho bovino que a gente tinha lá em 2000, quando o zoneamento foi aprovado, esse crescimento é significativo, praticamente triplicou. E o mesmo a gente vê com a questão dos plantios, dos grãos. Há um avanço muito grande de áreas produtivas voltadas para plantio, seja de soja, seja de milho, seja de arroz. Então o Estado de Rondônia vem crescendo 7,3% de áreas, conforme o Informativo Agropecuário de Rondônia, de 2023 a 2024, por ano. Esse avanço tem sido muito significativo e mostra o quanto a nossa base agropecuária está crescendo.

Só para os senhores terem uma noção do crescimento do café, onde se via ali, em 2011, 85,4 mil toneladas; hoje chega a 224 mil toneladas. Então, o crescimento do café já é extremamente expressivo. E o mesmo se vê para outras áreas.

Ao comparar o número de hectares que nós te-

mos de áreas plantadas com grãos, hoje o Estado de Rondônia tem 665 mil hectares de soja; 317 mil de milho; 53 mil de café; e 41 mil de arroz. E lembrando que esse é um dado da Embrapa de 2024, então, possivelmente quando atualizarmos os dados de 2025, todos esses quantitativos serão muito maiores.

Além de crescer, tanto no rebanho como também nos grãos, a gente vê que o Estado de Rondônia também está se desenvolvendo quanto ao plantio de florestas. Então, hoje a gente tem um bem quantitativo significativo de floresta aqui no Estado, cerca de 12 mil hectares, sendo florestas plantadas de pinos, de eucalipto e de outras espécies exóticas. É um grande desenvolvimento do nosso Estado em floresta plantada e que a gente vê que esses números a cada ano são bem maiores.

Outro crescimento que é muito significativo, muito falado, é a piscicultura. O Estado de Rondônia é o maior produtor de tambaqui do Brasil. E nós somos responsáveis por 31,2% da produção de tambaqui nacional. Esse crescimento é um reflexo dos últimos anos, e mostra também que a agropecuária tem crescido muito no nosso Estado.

E, além disso, a gente tem também que se atentar para a questão da exportação. O nosso Estado é um Estado que produz, é um Estado que exporta, e, dentre os produtos mais exportados estão: soja, carne bovina, milho e café.

Um outro motivo para a gente precisar atualizar essa ferramenta que é o zoneamento do nosso Estado, é porque ela é uma diretriz tanto para o meio público, como para o meio privado do que fazer na sua propriedade, no seu imóvel rural. Então, o zoneamento diz o que se pode fazer e onde se pode fazer. Sendo assim um balizador que vai dar segurança jurídica para o produtor rural e vai dar também segurança jurídica para os órgãos ambientais licenciarem qualquer atividade nas áreas. E, além disso, ele é fundamental para que o Estado tome decisões, elabore normativas que vão ser benéficas para todo o Estado. Por isso, é muito importante essa atualização como dispositivo de gestão.

E um último motivo é porque os estudos da nossa atualização do zoneamento já estão prontos. Como foi dito, eles foram realizados no período de 2015 a 2018, houve a elaboração de um Projeto de Lei em 2020, isso tudo já foi discutido, já foi tratado, então precisa ser levado à frente, porque já tem algo pronto, já tem algo muito encaminhado. E esse é o último motivo que eu fecho como justificativa para a atualização do nosso zoneamento.

E aí eu deixo essa frase como importância para essa atualização. A atualização do zoneamento do Estado de Rondônia é uma ferramenta estratégica e é um compromisso com o futuro do nosso Estado, porque ela vai tanto atualizar como está o nosso Estado hoje, 25 anos depois da sua aprovação, como também dar perspectivas de crescimento daqui para frente.

Agradeço a todos pela atenção e obrigada.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Agradecer a Doutora Débora Rosa pela explanação técnica.

E nós vamos passar nesse momento ao uso da fala. E eu vou convidar o primeiro expositor aqui, nosso ex-presidente, ex-deputado Neodi Carlos, para fazer o uso da fala, como produtor, como liderança. Fique à vontade.

O SR. NEODI CARLOS FRANCISCO DE OLIVEIRA - Bom dia a todos. É com muito prazer, Crispin, que uso a palavra nesse momento. Quero te parabenizar pela iniciativa e presidir essa Comissão que tem feito essas Audiências Públicas em todo o Estado de Rondônia. Parabéns. Realmente, eu estava ouvindo aqui a Doutora Débora explanar. São informações muito importantes para nós.

Quero cumprimentar o nosso Prefeito Paulo, grande prefeito. Ao mesmo tempo, cumprimento o Luiz Paulo, Secretário de Agricultura do Estado de Rondônia; Presidente da Câmara, Ferreirinha. Em nome dele cumprimento os demais vereadores aqui presentes, nosso Vice-Prefeito também; Doutora Débora, e parabenizá-la mais uma vez pela explanação.

Eu quero dizer que hoje nós já deveríamos estar discutindo já, vou perguntar do Deputado Lúcio — que eu olhei na Mesa, não estava aqui, mas está na frente aí —, nós deveríamos já estar começando a discutir o terceiro zoneamento socioeconômico e ecológico. Infelizmente, por irresponsabilidade de alguns governantes, nós estamos 15 anos atrasados já.

Eu lembro que eu era deputado estadual ainda, e quando mudou o governo de 2010 para 2011, quem assumiu a presidência no meu lugar lá foi o Deputado Walter Araújo. O governo alegou não ter dinheiro para fazer esse trabalho, esse levantamento todo.

Quero cumprimentar o Victor, que está aqui, Presidente da Aprosoja também.

A Assembleia Legislativa disponibilizou de recursos para que pudesse fazer esse trabalho. Infelizmente, se não tiver a vontade do Poder Executivo, juntamente com a Sedam, que é um órgão ambiental do Estado muito importante envolvido nesse processo todo, isso aqui não caminha, não anda, não vai.

E a gente vê que mesmo com todo o esforço, trabalho feito em 2015 até 2018, 2020, ainda hoje a realidade já é bem diferente. Eu vi quando a doutora colocou aqui, Doutora Débora, a questão da área do cultivo de soja, que na época, no Estado de Rondônia, eram 665 mil hectares. Hoje, só no Vale do Jamari já chegamos quase 700 mil já, não é, Victor? Só no Vale do Jamari. Então já cresceu e cresceu muito. E hoje nós temos muitos imbróglios ambientais que perturbam os nossos produtores do Estado todo por falta de uma legislação clara.

O segundo zoneamento socioeconômico e ecológico deveria ter sido feito já em 2011. Infelizmente, em 2010 quando fechou os 10 anos, foi feito 2000, 2010. E quando foi criado pelo Planafloro, bancado pelo Polo Noroeste na época, esse projeto ficou definido que

Autenticidade, integridade e interoperalidade - ICP BRASIL VIDE ORIGINAL https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/

a cada 10 anos teria que se fazer mais um levantamento e realmente votar na Assembleia Legislativa essas questões tão importantes.

E o Código Florestal, aprovado em 2008 pelo Congresso Nacional, ficou definido a competência dos Estados, Deputado Lucio, para legislar em questões, em todas as questões, principalmente em questões ambientais, e que infelizmente hoje não está servindo para nada. O próprio Congresso Nacional, que o Congresso Nacional aprova hoje já não vale mais nada no Brasil. Me perdoa, Deputado Lucio, mas o trabalho seu lá e dos demais deputados e senadores, hoje, não está servindo praticamente para nada. Porque se um deputado, alguém do PSOL e do PT, entrar lá no Supremo, derruba tudo o que foi feito lá no Congresso Nacional.

Eu não estou entendendo o que está acontecendo lá em Brasília, porque deixou de a voz do povo - que está aqui o Deputado Lucio Mosquini, que é a voz nossa do povo do Estado de Rondônia, como tantos outros deputados daqui de Rondônia e do Brasil inteiro. Os senadores que vão lá e fazem lei, são os representantes legítimos do povo, mas que o voto deles, infelizmente, não tem eco. Alguém que nunca teve um voto sequer, manda mais, tem mais autoridade e autonomia para resolver as coisas, do que um deputado e um senador que foi eleito legitimamente pelo voto popular.

Então, são coisas importantes. Eu lamento só que essa Audiência Pública aqui poderia ter sido muito grande. Infelizmente, faltou um pouquinho de comunicação, um pouquinho de a gente ter feito uma divulgação maior. Deputado Ismael Crispin, nós abrimos espaço na rádio hoje para que fosse fazer o convite.

Ontem, quando eu fiquei sabendo, ontem à noite eu fui lá e fiz também um convite, mas infelizmente, de última hora fica um pouco complicado. Mas, de qualquer forma, alguém que está aqui vai falar para o vizinho, para o outro, vai ser comentado isso. A gente vai estar comentando isso no rádio por muitas vezes.

Eu quero deixar aqui, Deputado Ismael Crispin, pela amizade, o respeito, o carinho que eu tenho por ti. Te conheço há muitos anos. O Capitão Crispin, quando eu fui Presidente da Assembleia, trabalhou comigo durante todo o tempo que eu estive lá, e na época, lhe conheci e estive lá na sua terra pedindo voto para você, quando você foi candidato a primeira vez, deputado. Se tivesse que fazer tudo de novo, eu faria, para te ver na Assembleia, pelo trabalho que você faz, com responsabilidade, um trabalho digno do respeito do povo rondoniense.

Então, parabéns, deputado e deixo aqui liberado, a hora que você quiser entrar por telefone, fazer uma entrevista; falar como que está isso daqui, para a gente ter o apoio do povo. Porque, na verdade, isso aqui é para beneficiar o povo trabalhador. Esse trabalho que a Assembleia Legislativa está fazendo é para beneficiar você que está lá na ponta, lá na lavoura.

Vocês viram ali, Machadinho D'Oeste tem uma área significativa que vai ser alterada, a área que já está antropizada, que não tem como retroagir e voltar atrás, não tem como voltar a mata nativa mais. Então, esse zoneamento vai trazer essa possibilidade de resolver essas questões ambientais que tanto afligem o produtor, que impedem de ter acesso ao crédito.

E hoje, nós, produtores rurais, não trabalhamos sem crédito dos bancos. Nós não temos dinheiro para bancarmos as nossas atividades. Nós temos aí, muita gente dizia, que quando entrasse a soja em Rondônia, que ia acabar com o rebanho bovino do Estado de Rondônia, que ia virar tudo soja e ia acabar. Hoje nós temos, eu creio, o Victor depois pode até falar melhor aqui, só no Vale do Jamari são mais de 700, mas em todo o Estado de Rondônia, hoje, são mais de 1.500.000, por aí, de hectares, o Estado todo.

Então, quanto que era o nosso rebanho no passado? Nosso rebanho no passado era - o Victor até corrigiu, foi importante, eu acabei me equivocando -, são 700 mil hectares no Estado de Rondônia, ali estava 665. São 22% aqui no Vale do Jamari, aqui nós não tínhamos nada.

Na época, todo mundo falava que ia acabar com o boi no Estado de Rondônia. Pelo contrário, na época nós tínhamos, quando começou a soja entrar mais com força, principalmente aqui no Vale do Jamari, nós tínhamos aí 11 milhões de cabeça de gado, hoje nós estamos com 17 milhões, cresceu. Por que cresceu? Porque muita gente viu, o produtor rural melhorou a situação.

Você vai andar em Machadinho hoje, você vê o nosso produtor de leite, produtor de café, o pequeno produtor rural, agricultura familiar, estão lá tirando leite; estão lá criando o bezerrinho, vendendo para quem o bezerro? Para quem faz confinamento.

E hoje, por que aumentaram os confinamentos no Estado de Rondônia? Porque nós produzimos milho, aqui também ficou mais barato, antes tinha que vir de fora, o milho; há fábricas de ração, enfim, está melhorando a vida do produtor rural.

Mas, infelizmente, Deputado Lucio, e você tem sido um grande defensor na Brasília. Às vezes, eu falo contigo, falo com o Senador Marcos Rogério; com o Senador Jaime Bagattoli, com o Deputado Federal Fernando, e eu vejo a agonia de vocês, de tentar fazer com que as coisas andem. É a mesma coisa, o mesmo sentimento que eu tinha quando eu era deputado estadual, você com aquela vontade, vendo que é tão fácil de fazer, se agarrar todo mundo para um lado só. E tem uns que puxam para trás.

E eu ouvi aqui, quando usou a fala, o Deputado Laerte, que infelizmente lá atrás, o zoneamento voltou para trás, foi rejeitado por conta de alguém que quer fazer coisas que são irregulares. Não adianta querer fazer uma coisa irregular e enfiar junto no zoneamento, que não vai dar certo. Tem que fazer a coisa dentro da legalidade, dentro da lei, dentro daquilo que é uma realidade.

Deputado Ismael Crispin, eu ficaria aqui o dia inteiro falando de meio ambiente, falando desse zoneamento, que eu conheço um pouco, entendeu? Falando da pujança do Estado de Rondônia, do que o produtor rural, do que o agronegócio faz. Eu quero deixar bem

Autenticidade, integridade e interoperalidade - ICP BRASIL VIDE ORIGINAL https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/

claro, quando a gente fala em agronegócio, não estamos falando do grande produtor, é do pequeno, do médio, do grande, da agricultura familiar. Nós estamos todos engajados juntos no mesmo propósito. Somos nós que fazemos a diferença. O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, hoje, que tem salvado as economias do Brasil, vem das mãos do produtor rural, vem da roça.

Então, Deputado Ismael Crispin, agradecer aqui por você estar em Machadinho fazendo essa Audiência Pública, valorizando o nosso povo daqui, e pode ter certeza que a gente vai ser multiplicador de todo esse trabalho que você vem fazendo.

Doutora Débora, parabéns pela explanação, muito clara, fácil da gente entender o que a senhora está colocando ali, pela forma com que a senhora, com a espontaneidade e pelo conhecimento, pela capacidade técnica de fazer essa explanação, que deixou muito claro para todo mundo aqui a realidade do Estado de Rondônia e o quanto esse zoneamento é importante para nós.

Aqui era para ter 5 mil pessoas, hoje, se todo mundo entendesse a importância disso para o produtor rural do Estado de Rondônia. Obrigado pela oportunidade de falar um pouquinho. Desculpe, eu acho que me alonguei um pouco, mas eu quando falo nessas coisas fico um pouco empolgado. A gente está vendo nossos irmãos lá na rodovia, acampados, reivindicando alguns direitos e tantas outras coisas que a gente vê que poderiam ter sido feitas de outra forma, e é feito de uma forma contrária daquilo que seria importante para nós. Obrigado a todos, um abraço. Obrigado, Deputado Crispin, obrigado por tudo.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)- Obrigado, Neodi.

Eu vou convidar aqui o Renildo Luciano, que é Presidente do Sindicato dos Produtores.

Além do Renildo, nós temos outras oito inscrições e nós queremos ouvir todos os senhores. Fique à vontade.

O SR. RENILDO LUCIANO NUNES - Bom dia a todos. Eu queria direcionar uma pergunta para a doutora. É na questão do zoneamento.

Nós tivemos zoneamento em 1988, outro em 2000. Tem a questão daqui, do nosso município de Machadinho D'Oeste, o P.A. Machadinho, esse sim, antes de 1988, ele já estava dentro, e, certinho. Depois disso, é que o município expandiu. Então, os outros P.A. foram todos criados pelo Incra depois dessa época.

E nós temos muitos produtores em áreas que foram desmatadas, que foram assentadas pelo Incra depois de 2000, e depois de 1988 e depois de 2000.

E aí, já estão com as suas famílias lá, mais de 20 anos, e eu gostaria de saber se com esse zoneamento que foram feitos depois, dessa época, se esses produtores vão estar cobertos ou vão ficar descobertos.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente)- Esse é o encaminhamento, Renildo?

O SR. RENILDO LUCIANO NUNES – É, se esses produtores vão, esse zoneamento vai contemplar esses produtores?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Ok. Muito obrigado pela tua participação. Mas, quando for situação assim, pode fazer a pergunta, deixar direcionado e depois a Débora responde o senhor em particular, que é para poder conseguir entender, precisamente, a pergunta que o senhor está fazendo.

Em Machadinho, nós já vimos com a explanação, que há uma alteração significativa no município. Aí, no detalhe, ela responde depois ao senhor. Tudo bem? Muito obrigado pela participação.

Convido o Lula da 45, do Jaquirana. Agora lembrei de ti, rapaz lá do Triunfo, não é?

O SR. RENILDO LUCIANO NUNES - Lá do Distrito Nova Samuel.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Isso, Nova Samuel. Faz o encaminhamento e nós vamos registrando e depois, se for alguma coisa que a gente entender, mais particular, a gente vai respondendo depois, está bom? Fique à vontade.

O SR. LUIZ CARLOS VIEIRA - Muito bom dia a todos. Eu quero aqui, primeiramente, agradecer ao Senhor Deputado Ismael Crispin por essa iniciativa, por essa Comissão.

A gente já esteve acompanhando o senhor lá em Nova Mamoré. Eu sou aqui da Vila Nova Samuel e, estamos aqui em uma comissão, acompanhando todas essas audiências. Lá do distrito Nova Samuel, do Jaquirana, que todo mundo conhece, PAF Jequitibá, nós também, deputados, somos muito prejudicados com essa situação do zoneamento. Como foi feito, na época, um estudo, demarcaram áreas onde nós temos documento de terra, documento, assentados pelo Incra e hoje eu, como morador, produtor rural, tem embargos, Prodes e multas, e isso tudo afeta em quê? Hoje o Banco Brasil, qualquer projetista que vai pegar um projeto nosso, vai falar: "Oh, dentro do PAF eu não posso fazer nada. Dentro do PAF eu não posso fazer nada.".

Então, por isso que nós estamos acompanhando e eu vim aqui só para parabenizar o senhor, por essa iniciativa, por tudo isso que você está fazendo. E estou aqui em nome de toda aquela comunidade.

Eu quero também parabenizar o Deputado Lúcio Mosquini, que estava aqui agora há pouco. A gente conhece, ele sabe do trabalho que a gente tem em prol dele lá, mas eu vim aqui mesmo para parabenizar o senhor por essa iniciativa.

E quero dizer ao senhor que a gente pede a Deus todos os dias, todos os dias. Eu estive aqui também, deputado, é, aqui na entrada do Cujubim, junto ali com o Francisco. Viemos em uma comissão, fretamos ônibus. E tivemos ali também apoiando, porque isso é louvável. Isso é para o bem de todos nós.

Hoje, a gente sabe que o pessoal de Cujubim está numa situação que até o GTA (Guia de Transporte Animal) está bloqueado. Parece que agora foi desbloqueado. E nós também estamos nessa mesma situação. Então, eu peço a Deus que ilumine o trabalho do senhor e de todos os deputados, que possam realmente olhar por nós produtores.

Hoje tem muito gado, muito rebanho de gado na Linha 40 – eu moro lá - todo mundo preocupado, meu amigo. Todo mundo preocupado. Porque, onde que nós vamos parar? Onde nós vamos chegar? Você vê, eu tenho uma terra, tem embargo, tenho tudo e não posso mover, não posso fazer nada. Eu não tenho mais uma linha de crédito. Se eu for atrás hoje, ninguém quer, ninguém libera.

Então, meu irmão, muito obrigado, deputado. Muito obrigado a todos os deputados. E que Deus abençoe e vamos torcer que dê certo. Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Obrigado, Lula.

André Castro, Engenheiro Agrônomo da Emater, só não tem aqui de onde, viu André? Coloca para mim, por favor.

O SR. ANDRÉ LUIS CASTRO DE CARVALHO - Bom dia. Eu quero, em primeiro lugar, agradecer a Deus pela oportunidade de mais um dia, a Ele toda a honra e toda a glória. Eu sou André, sou Extensionista Rural da Emater, Engenheiro Agrônomo por formação e estou atuando aqui no Escritório Regional do Vale do Jamari.

Eu tenho dois encaminhamentos para fazer dentro desse contexto, que são muito relevantes. Fico contemplado com as falas, tanto do Deputado Federal Lucio Mosquini, quanto a do nosso pioneiro, baluarte, Neodi. Eu, justamente, ia questionar essa questão do nosso atraso e do que foi projetado lá atrás, que essa aproximação fosse realizada de 10 em 10 anos.

A gente precisa correr contra o tempo, a gente tem que aprovar essa para a gente já começar a trabalhar na outra. E nessa outra, seria fundamental, a meu ver, com todo respeito, que a Emater fosse incluída nesse grupo de estudo.

A Emater é o único braço do Estado que está em todas as localidades de Rondônia. Rondônia tem 52 municípios, a Emater tem 73 escritórios locais. A gente está, inclusive, dentro das terras indígenas, ajudando esses produtores indígenas a produzir. Então, nada mais justo e louvável que a Emater estar dentro desse grupo de estudo. Esse é o principal encaminhamento que eu faço.

E, por consequência disso, também contemplando a fala do Neodi, ilustração muito bacana da colega Débora, eu sugiro ao senhor que fizesse esse material para nós trabalharmos com os produtores de forma regionalizada, essas ilustrações que vocês colocaram. Porque nós vamos às propriedades desses produtores que não puderam estar aqui hoje, por falta de comunicação.

Então, que vocês nos passem o material ilustrado para que esses nossos produtores pressionem esses deputados, que porventura venham nos causar problema na votação. Para eles já: "Olha, deputado, eu votei no senhor, agora eu preciso que esse encaminhamento aqui saia, que vai nos beneficiar".

Então, é muito importante para nós sermos inclusos nesse processo e que, independentemente de data já marcada para a votação, a gente receba esse material e possa fazer esse trabalho de formiguinha, de propriedade em propriedade. São dois encaminhamentos que, do meu ponto de vista, e com todo respeito, eu volto a ressaltar, muito relevantes para esse trabalho.

Eu quero aproveitar a oportunidade para fazer uma correção também, que é algo que eu cobro muito, meu amigo Edson Sápiras, da ACRIPAR (Associação de Criadores de Peixes do Estado de Rondônia). Rondônia não é só o maior produtor do Brasil, nós somos o maior produtor de tambaqui do mundo.

Então, o Deputado Lucio Mosquini ou os assessores dele, se estiverem por aí, anotem: não são 10 produtos mais, são 11. Nós somos o maior produtor de tambaqui do mundo e devemos ter orgulho disso.

Meus encaminhamentos eram esses. O ex-deputado Neodi, produtor, muito bacana a sua fala, assim como foi a do Deputado Federal Lucio Mosquini, ao passo que a gente se entristece com o fato do senhor não estar mais no cenário político, a gente fica satisfeito de saber que temos pessoas como o Deputado Federal Lucio Mosquini lá nos defendendo.

O meu parceiro Luiz Paulo. Oportunidade de agradecer, nós não tivemos essa oportunidade pessoalmente, mas quero fazer isso publicamente agora, te parabenizar pela condução, como você capitaneou a Rondônia Rural Show, o sucesso que foi. Conheço o seu trabalho de perto, estou contribuindo sempre que posso, vi sua dedicação e o fruto disso foi essa feira que nós tivemos, magnífica.

Mesmo estando de costas, eu vou pedir licença para vocês para me virar para a plateia e fazer um encaminhamento mais importante ainda. A gente devia ter muito mais gente aqui, como já foi dito antes. E como vocês puderam ver, tanto na esfera federal quanto na estadual, a principal solução que nós temos é trocar os nossos representantes.

Então, a gente tem uma eleição a nível de Brasil, às portas, em 2026. Vamos parar de trocar voto por R$ 50,00 por requisição de 10 litros de gasolina, vamos pensar no bem coletivo, vamos escolher pessoas que tenham a capacidade de nos representar, que porventura vão ter voz lá. E, principalmente, que estejam imbuídos com a principal atividade do nosso Estado, que é o setor produtivo. Rondônia, se não for a área rural, nós não temos grandes indústrias, nós temos só os produtores rurais e o funcionalismo público. É o que movimenta a nossa economia.

Se a pessoa que está no campo, e aqui eu estou falando representando os meus pais produtores rurais da Linha C-45, da Estrada da Massangana, lá em Monte Negro. Se os produtores rurais desistirem da gente, nós

na cidade não vamos ter o que comer. Essa é a nossa realidade. É assim que a roda gira. Nós precisamos apoiar os produtores, como esses produtores que estão lá.

Eu tive a oportunidade de ser Secretário Municipal de Agricultura em Cujubim, conheço bem a realidade do Soldado da Borracha. Fiquei muito feliz com a ilustração que eu vi aqui em relação a esse pessoal, porque nem o zoneamento considera aquela unidade de conservação que de forma irresponsável, foi criada em outro momento, mas nós precisamos ter um filtro nas próximas eleições.

Vamos escolher melhor os nossos representantes e pessoas que, de fato, nos representem. Rondônia é um Estado do agro e não tem como mudar isso.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Obrigado, André. E por mais "Andrés", viu, gente? Por mais "Andrés" em Rondônia. Teu o encaminhamento e requerimento em relação ao material, depois nós vamos disponibilizar.

Acho que, de fato, é importante a contribuição, o debate, porque isso se arrasta. E é bom que vocês estão participando, porque vai chegar o momento, assim, a grande maioria aqui, por exemplo, Neodi, não são eleitores meus. O meu município, onde eu moro, só para vocês terem uma ideia, onde eu moro não é contemplado. Eu sou de São Miguel do Guaporé.

A Débora apresentou 13 municípios que vão sofrer alterações importantes. São Miguel do Guaporé não está lá. Eu faço uma defesa do Estado de Rondônia. E talvez eu, por ser careca, tem gente que olha e não gosta. E fazer o quê? Está tudo certo. Mas, pega lá teu amigo, que você confiou, que acreditou, e aperta ele. Fala: "Olha, isso aqui é importante. A gente tem que resolver.".

Então, esse momento é justamente para isso. Está bom, gente?

Dona Maria Madalena Porfírio, do Jequitibá, PAF (Projeto de Assentamento Florestal) Jequitibá, da Linha 21.

A SRA. MARIA MADALENA PORFÍRIO - Bom dia a todo mundo. Eu me chamo Maria Madalena Porfírio, eu moro na Linha 21, no PAF Jequitibá.

A gente tem um grande problema lá, que é sobre esse zoneamento, e a gente tem os órgãos ambientais, parece que eles se reuniram todos para estar tomando conta daquele lugar. Na Linha 21, todos os dias, são três ou quatro caminhonetas do ICMBio, ou do Ibama ou da Sedam, até mesmo da Polícia Federal. Então, a gente fica até com medo de pegar e serrar uma madeira para poder fazer uma lasca, poder trabalhar, porque ali nós somos vigiados 24 horas.

Então, eu queria, a gente também tem um problema... Eu vou começar lá do começo. Eu fui para aquela região em 2007. Eu fui assentada pelo Incra em 2008. Então, quando eu estive lá, ainda não era o Parque Jequitibá, mas aí depois teve aquela questão lá do Parque Jequitibá, que foi montado esse projeto do Parque Jequitibá e foi quando teve o assentamento.

De lá pra cá, o pessoal ficou, todo mundo esperando aquela situação, porque não poderia desmatar, que era uma região de extrativismo. E de lá, como o Incra, os poderes que deveriam estar lá para poder suprir aquela necessidade dentro daquele acordo, não cumpriram com o acordo. O pessoal começou a desmatar e começaram a produzir. Por que, como que aquelas famílias iriam viver lá dentro, sem produzir alguma coisa? Porque, em quatro alqueires de terra dá para fazer muita coisa, e, ao mesmo tempo, não dá para fazer praticamente nada. E aí foi onde começou.

E a minha felicidade foi quando eu vi o primeiro caminhão de boi entrando na Linha 21. Eu tive comigo o seguinte: aqui dentro diz que não pode criar boi, mas a partir do momento que o primeiro caminhão de boi bateu ali dentro daquela 21, eu tinha certeza de que eu também poderia ter. Eu fiquei contente. Eu não sabia de quem era aquele caminhão. Eu não sabia se era de quem eu conhecia, ou se eu não conhecia. Mas, eu fiquei contente, porque naquela região a gente não poderia criar animais grandes. Seria para o extrativismo. E de lá pra cá, alavancou. Hoje em dia a economia ali dentro é muito grande.

E eu queria fazer uma pergunta para aquela moça, que eu não me lembro o nome, mas eu posso dizer que o senhor também possa me responder, Deputado Ismael Crispin, sobre a questão do PAF Jequitibá, porque eu sei que no Candeias vai ter uma alteração do zoneamento. Eu quero saber se vai ser no PAF Jequitibá. Se vocês puderem me responder.

E eu quero pedir também a vocês, que a gente já teve uma mudança do zoneamento passado, a gente esteve lá, fizemos as comissões. Na minha casa, eu cheguei umas 3 horas da manhã. A gente foi de ônibus e a gente ficou lá até a última sessão, até o último voto. E depois a gente teve aquela grande decepção que não poderia ser feita aquela mudança. Porque teve situações de lugares que não poderiam estar lá dentro e esteve, e por isso não teve como concretizar aquela votação.

Então, eu espero que dessa vez o nosso PAF Jequitibá, esteja dentro dessa mudança de zoneamento, porque a gente está sofrendo e não é pouco, lá dentro! E a gente não veio aqui, não está ali dentro daquele lugar para poder permanecer sempre naquela mesmice. A gente quer alavancar. A gente quer produzir, a gente quer gerar renda para o nosso município e até mesmo para o nosso Estado e para o nosso país.

Agradeço pela minha fala e eu espero que vocês tenham a bondade de responder se realmente vai ter ou não. E que a gente, se não tiver, o que a gente pode fazer, para que a gente possa estar dentro dessa mudança de zoneamento. Muito obrigada.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Dona Maria Madalena. Depois que a gente terminar, a gente faz o encaminhamento da senhora aqui.

Daniel de Oliveira Camargo, Presidente da Asso-

ciação Porto Patuá. Com a palavra.

O SR. DANIEL DE OLIVEIRA CAMARGO - Bom dia a todos. Agradecer a Deus aqui, aos deputados, às demais autoridades.

Nós estamos na Gleba Rio Preto, Deputado Crispin, lá no Distrito de Porto Velho. Nós estamos sofrendo com o zoneamento. Nosso zoneamento lá é 2.1, não pode ter criação de gado. E nós estamos sofrendo, porque muitos pecuaristas estão vendendo o gado, têm que tirar para vir para Cujubim, para o frigorífico, mas não estão conseguindo entrar com o gado lá dentro.

Está tendo esse zonamento ali, está tendo uma porteira da Sedam, estão fiscalizando para não deixar entrar o gado lá dentro. Daí nós revendendo a criação, mas não conseguimos repor essa criação lá de novo.

Eu quero pedir também ao deputado, o nosso zoneamento lá, se tem como colocar lá, pelo IBGE foi feito, nós somos 416 famílias lá dentro, todos trabalhadores, produtores, pecuaristas, se pode colocar no zoneamento Zona 1 para nós, para facilitar para a população. Nós estamos sofrendo ali, porque, para chegar lá na Gleba Rio Preto, nós passamos pelo Soldado da Borracha, ali aquela reserva, onde está aquele atrito tão grande ali; que ficam na BR ali, o povo pedindo direito, que são todos trabalhadores, todo o sofrimento ali dentro também.

E nós estamos tendo uma reunião, nós tivemos uma reunião pela Sedam, pedir autorização, documentação, fazer um cadastro para nós passarmos dentro daquela área do Soldado da Borracha, para chegar lá na gleba lá dentro.

E aí concluiu, foi aprovado, tem os documentos aqui, só que inclusive duas pessoas precisavam urgente, já fizeram documento pela própria Sedam e já foi negado também. Pediram para nós documentarmos que nós, comprovamos que nós moramos lá dentro. E foram negados na Sedam por causa do zoneamento. Eu faço uma pergunta, se o nosso zoneamento lá pode ser colocado para a Zona 1, para ajudar a população daquela região? Essa é só minha pergunta. E muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Daniel.

Gente, para ser muito claro aqui com vocês, tá? Quem vai dizer se tem alteração ou não são os estudos. O que eu e os outros deputados podemos fazer é contribuir para que, de fato, o estudo seja verdadeiro. Aí, se o estudo aconteceu, tem condições de ser alterado, amém. Mas, se acontecer o estudo também e disser: "olha, não tem condições", eu não vou enrolar ninguém, não. Eu vou dizer: "olha, o estudo foi feito, o levantamento está aqui, aconteceu, essa área não vai ser inclusa". Porque esse negócio da gente ficar empurrando o povo com a barriga, mentindo para o povo, é por isso que nós estamos sofrendo hoje. Porque lá atrás, infelizmente, veio, olha, e vai enganando, vai enganando.

Então, assim, olha, se acontecer com os outros, eu tenho lá o respeito. Agora comigo eu vou tratar desse jeito. Está bom, senhor Daniel?

Convido o Ueliton Polaquinho, é vereador lá no Município de Vale do Anari.

O SR. UELITON POLAQUINHO - Saudações a todos, imensa felicidade estar aqui participando dessa audiência. Agradecer aqui a Deus pela oportunidade. Agradecer e cumprimentar aqui o senhor deputado, entendeu, pela audiência, parabenizar aqui as ações do senhor enquanto deputado para o Estado de Rondônia, especialmente aqui neste ato para o Vale do Jamari. Gostaria aqui de cumprimentar o Neodi, minha satisfação, Débora, Prefeito Paulo da Remap, meu carinho e minha admiração pelo senhor.

Por sermos vizinhos, então, eu acompanho bastante o seu trabalho aqui. Parabéns pela evolução, pela recondução, no caso, novamente, à prefeitura, fazendo um trabalho fantástico aqui. Ao nosso amigo Luiz, leve um abraço aqui ao nosso Governador. E em nome aqui do Presidente da Casa aqui do Machadinho D´Oeste, no caso o Zé Ferreira, meu amigo; cumprimento aqui as demais autoridades e todos os vereadores, enfim, os vereadores presentes.

Estou aqui nessa feita, deputado, representando aqui o município do Vale do Anari, especialmente a PA (Projeto de Assentamento) Rio Tarifa, no qual é um assentamento que foi instituído em 2014, no Município do Vale do Anari.

O Município de Vale do Anari tem alguns assentamentos, assentamentos um pouco mais antigos, e aí a gente fala aqui a respeito do PA Palma Arruda, mas nessa feita aqui, especialmente no caso, ao PA Rio Tarifa.

O PA Rio Tarifa é um assentamento no qual todos eles estão assentados, devidamente assentados ali pelo Incra, no qual, assim como tanto aqui no Machadinho D'Oeste quanto no Vale do Anari, nós temos essas dificuldades. Então, parabéns aqui mais uma vez a respeito do zoneamento. E tudo o que nós queremos dentro desses assentamentos, dentro dessas áreas, é a nossa segurança jurídica.

Poder de produção todos nós temos, nós somos aqui como produtores rurais. A gente precisa de condições e, especialmente, ainda mais agora, nesses cenários atuais, nós precisamos da nossa segurança jurídica. Então, por isso a importância do zoneamento. Então, gostaria aqui de deixar dentro dessa audiência, essa representatividade no Município do Vale do Anari, falando aqui do Assentamento Rio Tarifa, falando aqui do Assentamento Palma Arruda e de todos os assentamentos do Vale do Anari.

Então, quero aqui dentro dos apontamentos feitos através, no caso, da Comissão, que tenha esse carinho especial para o Assentamento Rio Tarifa também, que poder de produção nós temos. Tudo o que nós queremos é condição, estabilidade e segurança jurídica para a gente continuar produzindo. Obrigado e parabéns mais uma vez pela condução do mandato, deputado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado,

Ueliton.

Convido o Alisson Ferreira, Presidente da Associação Rondoniense de Pecuaristas — ARONPEC.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Presidente Ismael, Deputada Taíssa, consegui entrar agora, agora que acabou a reunião com o Governador.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Que bom, Excelência. Eu estou no momento de oitiva e faltam só três pessoas para se manifestarem. Se a senhora puder acompanhar a Sessão, esse momento das oitivas.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Perfeito.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - E depois eu abro a fala para a senhora, pode ser?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Perfeito, agradeço. É só registrar a minha presença, por gentileza.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Excelência, com a presença registrada.

Alyson Ferreira, com a palavra.

O SR. ALYSON FERREIRA - Bom dia a todos. Meu nome é Alyson, sou Presidente de uma Associação de Pecuaristas aqui de Rondônia, a ARONPEC. Gostaria de parabenizar todos vocês pela excelente Audiência Pública que está sendo realizada aqui hoje.

Eu vim aqui para sanar algumas dúvidas das pessoas que eu represento, muitas delas preocupadas com esse novo formato do zoneamento. Elas acreditam que, de alguma forma, vão ter seus direitos afetados em relação à atividade pecuária.

E eu vi na sua explanação, Doutora Débora, excelente explanação, tirou muitas dúvidas aqui hoje. Eu acho que essa é a principal ferramenta que existe para transmitir para as pessoas o que de fato está acontecendo, porque na dúvida gera confusão, e muitos acabam questionando, sem conhecer.

O senhor André falou boa parte daquilo que a gente tinha dúvidas, aqui, hoje. A participação de entidades representativas dentro desse projeto é de suma importância. Disponibilizar esse material para a gente poder compartilhar com as entidades, as quais a gente representa, isso é fundamental. O senhor Neodi, excelente fala, fantástico.

Presidente dessa Comissão de Meio Ambiente, Deputado Ismael Crispin, eu sou de Costa Marques, eu tenho propriedade em Costa Marques, lá na Serra Grande. Beirou uma reserva ali, criada em 2018, graças a Deus a gente não pegou essa reserva. Eu sei que a criação dessas 11 reservas recentes, trouxe uma animosidade, inclusive, era um dos questionamentos que eu queria fazer aqui hoje: se a empresa que ajudou nesses estudos para esse zoneamento, não é a mesma empresa que participou nessa questão da criação dessas 11 reservas? Porque, se lá teve vício de legalidade, se de alguma forma não puxaria para esse zoneamento também, e atrapalharia o trabalho de vocês, que é muito importante.

Então, verificar se essa empresa, de alguma forma, não atuou nas duas pautas. Porque, a criação dessas 11 reservas, infelizmente, está trazendo situações que poderiam ter sido evitadas.

E acredito também, aproveitar a oportunidade, que vocês que estão na vida pública têm que ter muita coragem para se expor. Eu sou uma pessoa comum, eu não sou político. Eu tenho até dificuldade em falar com vocês aqui hoje, de me expor, mas eu acho que é necessário. Eu conheci o senhor Luiz Paulo, foi um excelente Secretário, nos auxiliou lá na Rondônia Rural Show. Sensacional a sua presença naquele evento.

O que acontece? Eu acredito que está faltando para vocês, da vida pública, melhorar a comunicação em relação a tudo isso que vem acontecendo. Estão, batendo demais nos políticos de forma generalizada. E esquecem que teve contra-ataque, no caso assim, respostas em determinados momentos. Infelizmente, a gente tem um Poder Judiciário que não tem respeitado... como é que eu vou te falar? Não tem respeitado a legalidade. A gente tem sofrido muita insegurança jurídica.

Então, o Poder Legislativo, que representa o povo, está certo que o problema pode até iniciar na política, mas, de alguma forma, a política corrige. Só que entra um outro Poder que não permite esse equilíbrio.

Então, a gente tem que, de alguma forma, fazer o equilíbrio de forças, melhorar a comunicação com o povo. Nós, o povo, a gente precisa ter um diálogo mais próximo e explicar ponto a ponto, tudo o que vem acontecendo. "Ah, um governador emitiu um decreto sem autorização do Parlamento, o Parlamento foi lá e sustou esse decreto." O pessoal não está vendo isso, não está comparando as datas. Aí o Ministério Público entrou com a ação e sustou o decreto do Parlamento. O atual governador foi lá e emitiu um novo decreto, corrigindo o decreto anterior. Novamente o Judiciário foi lá e contrapôs. O Parlamento veio, fez uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), apontou várias ilegalidades, está lá um relatório. Agora, cabe ao Ministério Público dar continuidade ao que o Parlamento desenhou dentro desse relatório.

Eu estou aqui para agradecer a oportunidade de vocês estarem compartilhando conosco esse zoneamento. Foi fundamental a sua fala aqui, Débora. Sensacional. Quero também, se possível, esse material para poder passar para a nossa associação, para os nossos associados. Eu represento mais de mil pecuaristas. A gente é um grupo chamado Grupo Rota do Boi - Rondônia. São mais de mil pecuaristas do Estado todo, nós temos mais de 40 representantes em todo o Estado. E desse grupo nasceu a associação, a Associação Rondoniense de Pecuaristas - ARONPEC.

E de alguma forma, a gente está aqui para conhecer toda a dinâmica e poder transmitir o conheci-

mento. Muito obrigado a todos.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Obrigado, Presidente Alyson, excelente contribuição. Todo o material será disponibilizado, aqueles que tiverem interesse podem encaminhar via e-mail para o nosso gabinete, para a Comissão de Meio Ambiente, todo o material será disponibilizado.

A nossa luta aqui é por dar transparência nessa discussão, porque nós sabemos que quando chega lá na frente, na hora da votação, aí começa: "Ah, eu não fui informado"; "eu não sabia disso"; "não aconteceu isso". E aí, a pressão.

E nós queremos chegar, e amadurecer e convencer o governo de que há um trabalho transparente, não precisa esconder nada. Agora, também, a gente precisa dar certeza da parte, por exemplo, do governo, que os estudos, de fato, foram feitos.

O que não pode acontecer é uma determinada área ser prejudicada e alguém dizer: "Olha, o estudo aí nunca aconteceu." E a gente não tem condições de provar que aconteceu. Isso não pode acontecer. É a defesa que nós estamos fazendo do Estado de Rondônia, criando esse ponto de equilíbrio.

Lucivan Leite, Engenheiro Florestal da Fundação Nacional BioAmazônia. Com a palavra.

O SR. LUCIVAN FERREIRA LEITE - Bom dia a todos. Em nome do Deputado Ismael Crispin, cumprimento os demais integrantes.

Minha pergunta, assim, não é mais uma pergunta, é uma contribuição. Na realidade, vai atingir o Cone Sul do Estado. Nós tivemos uns estudos, ano de 2020, mais ou menos, sobre trabalho com supressão na área lá. Nós fomos contratados para fazer uma supressão da propriedade e nós fomos estudar o caso. Na época, pegamos carta de aproximação da Embrapa, desde 1974, que informava que lá tinha uma área produtiva de aproximadamente 1 milhão de hectares, que se enquadrava em cerrado.

E nós pegamos mais complementos, mais estudos e protocolamos um projeto na Sedam para solicitar o projeto de supressão. E o analista, ele, por falta de entendimento, por falta de normativa na época, o programa como floresta. Ele indeferiu, "não, isso aqui é floresta." Mas, serrado é floresta. E aí você vai combater o analista da Sedam, ele não vai dar o braço a torcer. E nós procuramos os demais órgãos na época, e foi informado que ia ser feito um zoneamento do Estado de Rondônia, que na época ia enquadrar o Cone Sul do Estado em área transitória, área de cerrado e área de floresta nativa, floresta primária e secundária.

A minha pergunta é bem simples. Hoje, o Estado lá, naquela região do Cone Sul está enquadrada nessa aproximação, e que você vai ter como fazer a supressão de 75% da propriedade para produção de pecuária, lavoura, etc.?

Contempla, não é? Então, a minha pergunta era somente essa, porque às vezes eu vou trazer essa informação para os proprietários, que a gente vai retomar agora as nossas atividades lá e tem muitas propriedades esperando o zoneamento aprovado, porque o pessoal não acreditava. "Ah, isso aqui nunca vai sair." Realmente nunca saía. Mas, agora, então, estamos aí. Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Lucivan. O Lucivan traz um destaque muito importante. O cara tem potencial para empreender, quer empreender. Mas, tem insegurança, e ele fala "não vou empreender, não vou investir, eu estou inseguro." Essa é a realidade. É por isso o enfrentamento, tá, Lucivan? E que não pode ser luta de um homem só. Não pode.

A última inscrição que nós temos aqui é da Dra. Nathália Ferreira, que é advogada da Associação Rondoniense de Pecuaristas. Com a palavra, doutora.

A SRA. NATHALIA FERREIRA DE OLIVEIRA - Bom dia a todos, autoridades, população, pecuaristas.

Bom, primeiramente agradecer por vocês terem oportunizado toda a população de participar, de ter conhecimento e principalmente, Dra. Débora, obrigada, porque essa situação de insegurança que nós estamos vivendo, não só nós como advogados que atuamos diretamente, mas vendo esse temor, essa necessidade de todos os produtores. Eu sou neta de pioneiros aqui. Então, nós temos pessoas que vieram do Paraná, desbravaram Jaru, desbravaram Costa Marques. Então, nós somos muito aguerridos.

Só que me causa um pouco de estranheza, e principalmente sendo da área do Direito, nós tratarmos os produtores, o nosso Estado, a região amazônica, como se fosse nós contra eles. Nós contra os índios. Nós contra a floresta. Nós somos praticamente seres irracionais.

E, na verdade, não é isso que ocorre. O que está acontecendo, principalmente no nosso ordenamento jurídico, é que, se nós observarmos, principalmente a decisão que fundamentou aquela ADIN, dessas 11 unidades de conservações criadas no decreto de uma forma totalmente irregular. O André Mendonça coloca o meio ambiente em detrimento da dignidade da pessoa humana, da função, da propriedade e principalmente uma coisa chamada direito adquirido.

Então, o que me motivou a estar presente aqui inicialmente foi: será que esse novo zoneamento vai restringir direitos? Será que as Zonas 1 vão ter algumas propriedades que vão ser retiradas dessas zonas e vai atrapalhar essa produção? Então, realmente, quando houve essa notícia "ah, é a última audiência pública", diante desse cenário que nós estamos vivendo e vendo ali o temor, principalmente daquela unidade de conservação da SOS Soldado da Borracha, trouxe muita comoção e traz aquela preocupação. Como isso vai afetar o setor produtivo? Porque nós somos um Estado que depende muito do agro.

Então, com a explanação da Dra. Débora, engenheira, e também com o nosso auxílio aqui do André,

Autenticidade, integridade e interoperalidade - ICP BRASIL VIDE ORIGINAL https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/

representante da Emater, que foi incrível, nós tivemos ali uma calmaria, que foi que, de fato, essas unidades de conservação, apesar do estudo feito, que baseou o zoneamento, ter ocorrido entre 2015 e 2018, ele não reconhece essas unidades de conservações, ali como unidade de conservação de fato, pelo menos não no zoneamento.

Então, nos traz um pouco de garantia, um pouco de calmaria. Apesar de saber que nós não temos uma separação ideal dos Poderes. Então, nós, povo, acreditamos que por meio dos nossos representantes nós vamos conseguir fazer mudanças. E o que nós vemos na prática? Se nós não conseguirmos trazer cooperação do Judiciário, seja o Tribunal de Justiça, seja Ministério Público, nós estamos perdidos. Porque muitas vezes ONG's, ICMBio ou demais entidades que são para preservar o meio ambiente, e ninguém está contra o meio ambiente. Rondônia é obrigada a preservar 80% da sua propriedade. Então, como um produtor que só consegue produzir com 20% e mesmo assim faz milagre, é contra o meio ambiente?

Então, a gente tem que realmente trazer: "Espera, a gente está tratando o produtor como um bandido. A gente está tratando o produtor com Título definitivo, como se fosse invasor.". Então, talvez, a forma como nós, população, que estamos aqui e os políticos, se puderem divulgar e trazer essa calmaria. Olha, o que já tem na Zona 1, que foi prevista lá em 2000, está sendo mantido. Nós estamos, no caso, ampliando, perfeito.

Quando eu analisei, tive conhecimento um pouco recente dessa audiência e analisei brevemente a lei, eu vi que teve contribuições de alguns órgãos. O André até pediu a questão da inclusão da Emater. E eu vou solicitar que, de certa forma, se possível, vocês abram esse diálogo também com outras entidades representativas, principalmente desses setores, dessas cooperativas, dessas associações.

Nós entendemos que é natural, de 2000 para 2025, nós tivemos 25 anos, então o Estado de Rondônia não é o mesmo de 25 anos atrás. Há 10 anos, se a gente for comparar 2015 e 2018, quando foi feito esse zoneamento, nós não tínhamos a quantidade de lavouras que nós temos hoje. Então, ele, de fato, já está desatualizado. Mas, obviamente, eu creio que vocês, como autoridades políticas devem ter avaliado se compensa fazer outro ou se é interessante para preservar até os direitos adquiridos até 2018, publicar da forma como já foi feito, até porque houve um custo envolvido nisso.

Mas, eu acho interessante a gente chamar essas pessoas, chamar esses órgãos representativos, porque apesar de ser uma atribuição da Sedam, nós sabemos que a atribuição dela é um órgão conservador, é um órgão regulamentador. Então, ela está ali para fiscalizar e, de certa forma, punir. Quando a gente traz outras entidades que, de fato, representam esse setor produtivo, a gente traz também mais confiabilidade e, de certa forma, para a gente contribuir. É essa minha manifestação. Muito obrigada.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Doutora Nathalia, pela contribuição.

Nós encerramos esse momento as oitivas. Está on-line, porque nós estamos transmitindo via Youtube e a Sessão está on-line também a Deputada Drª Taíssa, que é Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Infelizmente, por uma reunião convocada pelo Senhor Governador no dia de ontem, ela não pôde estar presente, mas está nos acompanhando agora. Deputada Drª Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Bom dia a todos. Para mim é uma grata satisfação. Quero cumprimentar o Presidente desta Audiência Pública Deputado Ismael Crispin. É um deputado que a gente, em todas as Audiências Públicas, estamos juntos nesse trabalho. E ontem teve uma convocação para, no finalzinho da noite, uma reunião, justamente com as lideranças da Soldado da Borracha, aqui no governo. E, automaticamente, inviabilizou a minha chegada aí.

Mas, eu quero cumprimentar com muito carinho também o Neodi. Eu falo, eternamente deputado, uma pessoa do agro, extremamente preocupada com a região de Machadinho D'Oeste, a qual eu tenho muito carinho, muito respeito e sei da luta dele. Não é de hoje, mas de muito tempo, em relação às defesas, principalmente dessa instabilidade da regularização fundiária e das áreas de zoneamento.

Quero cumprimentar também o prefeito da cidade, acredito que esteja na Mesa com todos. Quero cumprimentar o Deputado Federal Lucio Mosquini, que também não é de hoje que vem colocando recursos no Incra, vem colocando recursos a nível federal, buscando essa estabilidade para as pessoas, de segurança jurídica.

Aproveito para cumprimentar o Luiz Paulo também, da Seagri, e também a todas as pessoas que estão presentes, a Débora, que não é de hoje que faz um trabalho de apresentação.

Mas, já encaminhando para a minha fala. Em alguns momentos a gente escutou algumas pessoas falando dessa busca que deu desespero em relação a ser a última audiência. É bom frisar, e o Deputado Ismael Crispin pode complementar com até mais propriedade, no momento em que foram definidas as cidades justamente **(falha na transmissão)** transparência para as pessoas e as pessoas poderem se manifestar efetivamente sobre isso. Como agora, semana que vem, a Assembleia Legislativa sai por recesso, por isso mesmo houve essa última audiência.

Mas eu tenho certeza, se houver necessidade, a qualquer momento pode ser solicitada uma audiência aqui na capital ainda, que não foi feita, até porque todo esse plano que está ocasionando essa mobilização do Soldado da Borracha e de outras entidades, automaticamente impacta diretamente a capital de Porto Velho.

Eu quero também me posicionar e falar para todos, que o zoneamento é muito importante para o Estado, mas com a atualização. Tivemos Audiência Pública lá na minha região mesmo, e a minha região vai ser

totalmente impactada, em vários momentos, de forma negativa com o zoneamento sem atualização. O estudo do jeito que está hoje, prejudica algumas regiões; e a minha é uma delas. E a região de Machadinho, eu não consegui acompanhar, que estava lá na reunião do governo, mas a Débora já deve ter passado, a gente tem que ver como é que está sendo.

Além disso, eu quero fazer um alerta a todos que estão aí. Tivemos, na CPI das 11 unidades de conservação, essas 11 unidades de conservação estão sendo tratadas. Foi apresentado um relatório para o Ministério Público. A própria Assembleia Legislativa tem legitimidade para entrar agora judicialmente para poder discutir esses 11 decretos que foram firmados e precisamos estar atentos para antes de ser aprovado, ou um estudo de forma definida, essa situação, precisamos primeiro resolver essas 11 unidades de conservação.

Elas estão impactando os rondonienses. É o que está fazendo as pessoas irem para a beira da BR; que está fazendo muitas vezes a pessoa não ter a liberação do GTA; e que está inviabilizando a sobrevida das pessoas aqui no Estado de Rondônia. Está inviabilizando as pessoas poderem ter a condição de sobrevivência, porque hoje a falta da emissão do GTA, a falta da nota produtor, faz com que as pessoas que vieram para Rondônia, que trabalham tanto dentro do Estado, infelizmente acabam não tendo uma condição de vida.

Então, fica aqui o meu alerta, que precisamos, sim, do zoneamento, mas um zoneamento depois que ele tenha sido feito um trabalho, já tratadas essas 11 unidades de conservação; que a gente possa discutir essas 11 unidades de conservação de forma judicial ou até mesmo pelo governo, mas precisamos primeiro definir essa situação. Votar agora o zoneamento, sem tratar as 11 unidades de conservação, vai inviabilizar, porque só daqui a 10 anos poderemos discutir novamente. E a gente sabe que vai impactar muitas pessoas no Estado de Rondônia.

E, além disso, faço um alerta: em várias regiões é extremamente benéfico e dá segurança jurídica às pessoas, mas em algumas regiões, como a minha região, ali de Guajará-Mirim e de Nova Mamoré, vai dar 465 mil hectares passando para a Zona 3. E hoje a realidade da nossa região, buscando o desenvolvimento em soja, o desenvolvimento econômico através do agronegócio.

Então, fica o meu alerta, porque muitas vezes, tecnicamente, são trazidas coisas para a população, mas efetivamente nós precisamos desse esclarecimento. Sem tratar as 11 unidades de conservação, se for aprovado o zoneamento da forma que está, sem atualização, sem um estudo definido, vai prejudicar muitas pessoas no Estado de Rondônia.

Obrigada, Presidente.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Deputada Drª Taíssa.

Quero agradecer a presença do Vereador João Carlos, do Vereador Cicero Martins e do Vereador Gilmar, todos da Câmara Municipal de Machadinho D'Oeste.

Estamos caminhando agora para o encerramento e eu trago um esclarecimento em relação às Audiências Públicas. Nós realizamos seis Audiências Públicas, e, por isso, foi considerada a nossa última audiência fora da Assembleia Legislativa, se aproximando dos municípios, tentando chegar onde, de fato, as alterações são possíveis de acontecer; e é por isso que estamos aqui em Machadinho D'Oeste.

Esse trabalho segue. Cada um tem uma preocupação e eu destaco a minha. Estamos em 2025, Neodi, Paulo, autoridades aqui presentes, eu entendo que temos pressa. E não é nem pressa, é tentar corrigir um atraso. Esse é o nosso grande desafio. E se esse tema que estamos discutindo for levado para 2026, esquece; ele não acontece.

E eu estou tratando isso da maneira mais simples possível. Chega 2026, é ano eleitoral. Eu pretendo estar no pleito e na corrida. Assim como eu, tantos outros. E aqueles que estão na Assembleia Legislativa, muito provavelmente os 24. Os que não estão, que é o caso do governo e pessoas envolvidas no processo, muitos deles também estarão no processo eleitoral.

E os outros grupos que têm interesse de discutir, que às vezes estão de fora, vão fazer também a sua manobra. E aí eu entendo que a gente, em 2026, a chance é zero. Eu posso estar errado, mas entendo que a chance de aprovação é zero. Eu preciso manifestar no meu ponto de vista.

É possível discutir as questões de reserva, porque a questão de reserva você vai discutir ali na frente, judicial ou por medida de lei, é caso a caso e a gente fazer a discussão do zoneamento. Se eu for arrastar uma demanda judicial para discutir a questão da reserva, gente, eu não vou enganar ninguém. Eu fiz um compromisso comigo. Eu volto para casa, vou cuidar do meu escritório, mas não vou ficar enganando ninguém, não. A gente não tem condição de avançar se a gente não focar agora. Essa é uma realidade. "Ah, mas eu estou lá em uma área que desde 2000 estão falando que é reserva e eu fui lá e desmatei. Como é que é? Resolve para mim?". Eu entendo que não. Você sabia que era reserva, por que foi entrar lá? Eu entendo que não.

Mas, está posto para nós esse grande desafio, de a gente pegar e fazer esse grande debate. Agora isso, todo esse apanhado que nós já fizemos, nós vamos levar para a Assembleia e apresentar ao governo, porque a iniciativa aqui nesse caso é dele, que já fez lá em 2020 e fez o compromisso de apresentar já no ano seguinte. Como não aconteceu, nós fizemos um acordo de fazer esse debate com a sociedade e isso ser devolvido à Assembleia para que a Assembleia possa, de fato, debater.

Então, nós estamos trazendo aqui, gente, tenham, de nós, eu entendo que a Assembleia Legislativa está mais madura, está mais responsável, conhece mais do tema, amadureceu, pode reconhecer, fazer *mea culpa* em relação a 2020 e 2021 e dizer: "Olha, a gente precisa matar no peito isso aqui e, de fato, resolver.". Rondônia está desenvolvendo e nós precisamos equilibrar esse jogo. Como é que equilibra esse jogo em

Rondônia? O Estado está tendo prejuízo. O Estado está tendo prejuízo.

Aqui, o engenheiro que falou da região do Cone Sul. Se a alteração acontece, os municípios daquela região passam a ser tratados de outra forma. Se não acontece, municípios como Pimenteiras, por exemplo, que é um grande produtor, um grande produtor, a maioria das áreas que podem ter alteração agora, a maioria das áreas são consideradas áreas improdutivas. Então, o produtor está lá na insegurança, correndo o risco de uma multa e depois de ficar impedido de acessar crédito, de seguir produzindo. Tudo isso está nessa balança aqui.

Eu tenho dito — e aqui eu encerro — que talvez esse seja o tema mais sensível de Rondônia para este momento, mas o mais necessário e urgente para o desenvolvimento desse Estado. Registrem isso.

Então, muito obrigado pela participação de todos os senhores. Agradeço o apoio da Assembleia Legislativa, o Presidente Deputado Alex Redano, que tem dado suporte para que nós possamos realizar as Audiências Públicas. E espero avançar com esse tema, sim, em 2025. Essa é a minha crença e a minha luta. Um forte abraço.

Está encerrada esta audiência.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 12 horas e 15 minutos)

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 3888/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

ANDRE HENRIQUE CASTRO DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-13, no Gabinete do Deputado Ribeiro do Sinpol, a contar de 08 de julho de 2025.

Porto Velho, 08 de julho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0492687

ATO Nº 3886/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

ELISA VIEIRA GRIPA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-15, no Gabinete do Deputado Cirone Deiró, a contar de 08 de julho de 2025.

Porto Velho, 08 de julho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0492615

ATO Nº 3882/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

A pedido, a servidora **FLAVIA LUISA OLIVEIRA RIBEIRO MATEUS,** do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-17, do Gabinete da Deputada Ieda Chaves, a contar de 07 de julho de 2025.

Porto Velho, 08 de julho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0492007

ATO Nº 3883/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

FRANCISCO DA SIVA COSTA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-20, do Gabinete da Comissão Permanente de Agropecuária e Política Rural, a contar de 07 de julho de 2025.

Porto Velho, 08 de julho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0492449

ERRATA Nº 0492411/2025/SEC-RH/ALERO

No Diário Oficial da Assembleia Legislativa nº 121, publicado no dia 03 de julho de 2025, promovendo a seguinte alteração no ATO Nº3841/2025-SEC-RH/ALERO, que lotou a servidora **GESIANE PAGANI FERREIRA**.

ONDE SE LÊ:

A contar de 02 de julho de 2025.

LEIA-SE:

A contar de 01 de julho de 2025.

Porto Velho-RO, 08 de julho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0492411

ATO Nº 3884/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

GUILHERME LUIS ARAUJO ALMEIDA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-12, no Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 08 de julho de 2025.

Porto Velho, 08 de julho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0492595

ATO Nº 3889/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

E X O N E R A R

JESIEL PINTO DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Divisão de Monitoramento e Segurança Patrimonial, código DAS-06, do Departamento de Polícia Legislativa - Secretaria de Segurança Institucional, a contar de 08 de julho de 2025.

Porto Velho, 08 de julho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0492689

ATO Nº 3887/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

JOSIANE DE FREITAS ESCOBAR, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-17, no Gabinete da Deputada Rosangela Donadon, a contar de 08 de julho de 2025.

Porto Velho, 08 de julho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0492623

ATO Nº 3890/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

JOSIEL PINTO DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Divisão de Monitoramento e Segurança Patrimonial, código DAS-06, do Departamento de Polícia Legislativa - Secretaria de Segurança Institucional, a contar de 08 de julho de 2025.

Porto Velho, 08 de julho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0492694

ATO Nº 3885/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA MIRANDA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-18, no Gabinete do Deputado Nim Barroso, a contar da data de publicação deste ato.

Porto Velho, 08 de julho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0492604

ATO Nº 3892/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução n° 461, de 13 de novembro de 2019, resolve:

D E S I G N A R:

A servidora **RAISSA CAROLINE MATTOS CHAGAS**, matrícula nº 200173515, ocupante do Cargo de Diretor de Departamento, como Gestor do Contrato nº 002/2022, Processo SEI nº 100.026.000002/2023-50**,** a contar de 08 de julho de 2025, em substituição do servidor **ARTHUR SALES DE SOUZA** .

Porto Velho, 08 de julho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0492714

ATO Nº 3891/2025/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro.

RESOLVE:

RETIFICAR o ATO Nº3780/2025-SEC-RH/ALERO, de 01 de julho de 2025, publicado no Diario Oficial da ALE/RO nº 119 em 01/07/2025**,** que nomeou o servidor **VALDIR MORAES DE SOUZA.**

ONDE SE LÊ: Assessor Especial código AE-05, no Gabinete do Ouvidor Chefe - Ouvidoria Administrativa.

LEIA-SE: Assessor de Gabinete I, código DAG-03, no Gabinete do Deputado Ezequiel Neiva.

Porto Velho, 08 de julho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0492701

ATO Nº 73/2025/SEC-RH/COO-PREV/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e, processo SEI nº 100.272.000286/2025-34;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a promoção funcional, na Classe II - Referência 3, ao servidor **JEAN CLAUDIO SILVA SANTOS**, matrícula nº 100021068, ocupante do cargo de Analista Legislativo - Assistência Social, pertencente ao Quadro Permanente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, nos termos do Art. 31, e parágrafo 4º do Art. 32, da Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013.

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos financeiros a partir da data de 08.04.2025.

Porto Velho, 08 de julho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0491788

ATO Nº 74/2025/SEC-RH/COO-PREV/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e, processo SEI nº 100.272.000287/2025-89;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a promoção funcional, na Classe II - Referência 3, ao servidor **CAIO CESAR DE OLIVEIRA FREITAS**, matrícula nº 100021065, ocupante do cargo de Analista Legislativo - Estatística, pertencente ao Quadro Permanente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, nos termos do Art. 31, e parágrafo 4º do Art. 32, da Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013.

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos financeiros a partir da data de 08.04.2025.

Porto Velho, 08 de julho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0491793

ATO Nº 75/2025/SEC-RH/COO-PREV/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e, processo SEI nº 100.272.000288/2025-23;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a promoção funcional, na Classe II - Referência 3, ao servidor **GILBERTO RODRIGUES CRUZ**, matrícula nº 100021067, ocupante do cargo de Assistente Legislativo - Sem Especialidade, pertencente ao Quadro Permanente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, nos termos do Art. 31, e parágrafo 4º do Art. 32, da Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013.

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos financeiros a partir da data de 08.04.2025.

Porto Velho, 08 de julho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0491797

ATO Nº 76/2025/SEC-RH/COO-PREV/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e, processo SEI nº 100.272.000289/2025-78;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a promoção funcional, na Classe II - Referência 3, ao servidor **ANDRE LUIZ CAETANO MACHADO**, matrícula nº 100021064, ocupante do cargo de Assistente Legislativo - Técnico em Logística, pertencente ao Quadro Permanente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, nos termos do Art. 31, e parágrafo 4º do Art. 32, da Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013.

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos financeiros a partir da data de 08.04.2025.

Porto Velho, 08 de julho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0491801

ATO DE DIÁRIA Nº 0490937/2025/SEC-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Ariquemes/RO, Rolim de Moura/RO a Castanheiras/RO no período de 08/07/2025 a 10/07/2025, para assessorar o Deputado Pedro Fernandes, em reuniões nos municípios, acompanhando a destinação de recursos e reforçando o compromisso com o atendimento às demandas locais, conforme processo nº 100.060.000171/2025-35.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação

200176537	Carlos Eduardo Pereira de Sousa	Chefe Gabinete Deputado	Gab. Dep. Pedro Fernandes

Porto Velho, 07 de julho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0490937

ATO DE DIÁRIA Nº 0492335/2025/SEC-RH/COO-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias a servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de Ariquemes, Jaru e Ji-Paraná/RO, no período de 09/07/2025 a 12/07/2025, para acompanhar e assessorar o parlamentar Ribeiro do Sinpol, conforme processo nº 100.061.000254/2025-14.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200176750	Ana Carla Duarte Lima e Silva Fraga	Subchefe Gabinete Parlamentar	Gabinete Deputado Ribeiro do SINPOL

Porto Velho, 08 de julho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0492335

ATO DE DIÁRIA Nº 0492351/2025/SEC-RH/COO-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de Ariquemes, Jaru e Ji-Paraná/RO, no período de 09/07/2025 a 12/07/2025, para realizar a segurança do Deputado Estadual Ribeiro do Sinpol, conforme processo nº 100.061.000254/2025-14.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200174065	André Felipe Carvalho Paraguassu	Assessor de Segurança	Assessoria de Segurança

Porto Velho, 08 de julho de 2025.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral
SEI nº 0492351

SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025/CPP/ALE/RO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100.1721.000005/2025-61

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, com sede na Av. Farquar, 2562 – Bairro Olaria – CEP 76.801-189, na cidade de Porto Velho/RO, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 04.794.681/0001-68, neste ato representada pelo Secretário Geral, **Arildo Lopes da Silva**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 19593991 SSP/SP, CPF Nº 299.056.482-91, na forma regimental, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025/CPP/ALE/RO**, devidamente homologado, publicado no D.O – e – ALE nº 119, de 01/07/2025, nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100.1721.000005/2025-61**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no termo de referência/projeto básico, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, bem como o Decreto Estadual nº 28.874/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA I - OBJETO

1.1. A presente ata tem por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS, PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA E LIMPEZA**, no prazo de **12 (doze) meses**, conforme quantidades e especificações estipuladas no Temo de Referência – Anexo I do Edital.

2. CLÁUSULA II - DOS PREÇOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na proposta são as constantes na tabela abaixo:

FORNECEDOR: F CAMPOS SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **53.762.251/0001-70,** com sede na **R ABUNÃ, 1355**– Bairro **OLARIA, Porto Velho/RO**, CEP: **76.801-273** - Fone: **(69) 8405-2126**, representante legal – **GRACINO GOMES DE SOUSA**, portador da Carteira de Identificação nº 493011481 SSP/SP e do CPF/MF sob o nº 377.945.268-50, e-mail: **IMPOL01@HOTMAIL.COM**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS QUE DEVERÃO COMPOR OS SERVIÇOS	UNID	QUANT	PED MINIMO	MARCA	VLR-UNIT	VLR-TOT
29	**AÇÚCAR REFINADO,** obtido de cana de açúcar, com aspecto, cor, cheiro próprios, sabor doce com teor de sacarose mínimo de 99%, umidade máxima de 0,3%, sem fermentação, isento de sujidades, embalado em pacotes plásticos atóxicos, limpos,não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, que contenha aproximadamente 1 quilo, acondicionados em fardos lacrados.Validade mínima de 12 meses da data de entrega e suascondições deverão estar deacordo com a RDC 271/05 ANVISA. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade, condições de armazenamento e quantidade do produto. As inscrições obrigatórias "contém glúten" ou "não contém glúten", conforme Lei 10674 de16/05/2003 e demais inscrições exigidas conforme a legislação vigente. Marca de referência: União, similar ou superior.	PCT	350	10	UNIDÃO	**R$ 5,72**	**R$ 2.002,00**

30	**BISCOITO TIPO CREAM CRACKER** sabor manteiga, Ingredientes: Farinha de Trigo Fortificada com Ferro e Ácido Fólico, Gordura Vegetal (Soja, Palma), Açúcar Invertido, Amido, Extrato de Malte, Sal, Fermento Biológico, Fermento Químico Bicarbonato de Sódio (INS 500ii), Acidulante Ácido Láctico (INS 270), Aromatizante, Melhoradores de Farinha Metabissulfito de Sódio (INS 223), Xilanase e Protease (INS 1 1 01). Que contenha Traços de Leite ou Derivados, Nozes, Amendoim e Coco, Marca de referência: Marilan (ou similar). Embalado em pacote de 400	PCT	600	50	MARLAU	**R$ 7,54**	**R$ 4.524,00**
31	**BISCOITO COM SAL**, Ingredientes: Farinha de trigo integral rica com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, malte, leite em pó, sal, fermento biológico e fermentos químicos: bicarbonato de sódio e fosfato monocálcico. CONTÉM GLÚTEN. Pacote com 240 gramas. Marca de referência: Piraquê (ou similar).	PCT	500		BRANDINI	**R$ 6,26**	**R$ 3.130,00**
32	**BISCOITOS RECHEADO DOCE**, tipo Wafer: Chocolate; Nozes; limão Composto de farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, açúcar; e outros ingredientes permitidos; embalagem filme Bopp, com validade mínima na datada entrega de 07 meses; e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005 esuas alterações posteriores; produto sujeito à verificação no ato da entrega aos procedimentos Administrativos determinados pela ANVISA. Pacote c/ 20 unidades de 140 ramas. Marca de referência: Bauducco ou similar.	PCT	700	20	BAUDUCO	**R$ 5,51**	**R$ 3.857,00**
33	**BISCOITOS TIPO ROSQUINHA DOCE**: Chocolate; Coco; Leite; Nata; Banana com canela Preparada com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, pacote com 400 gramas, com validade mínima de 07 meses da entrega do produto. Suas condições deverão estar de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo a apresentar quebradiço, Marca de referência: Mabel ou similar.	PCT	900	20	MABEL	**R$ 6,66**	**R$ 5.994,00**
34	**CHÁ SABORES: CAMOMILA; ERVA CIDREIRA; ERVA DOCE**; Constituído de florais inteiros; de espécimes vegetais genuínos dessecados; de cor amarela pardacenta; com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios; validade mínima de 11 meses a contar da entrega e suas condições deverão estar de acordo com a resolução RDC 277 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos Administrativos determinados pela ANVISA. Caixa com 15 saches cada unidade. Marca de referência: Leão Fuze ou similar.	CX	4.300	100	LEAO	**R$ 7,41**	**R$ 31.863,00**
35	**CANELA EM PÓ**, canela pó fino, sem açúcar, acondicionado em, vedado hermeticamente. A embalagem deverá apresentar identificação e procedência, número do lote data de fabricação, data de validade mínima de 6 (seis) meses, de acordo com a RDC $276/2005. **Embalagem - peso líquido 10g**. Marca de referência: Mika ou similar	PCT	1000	60	AMAZO	**R$ 3,40**	**R$ 3.400,00**
36	**ACHOCOLATADO EM PÓ**, instantâneo, solúvel, obtido pela mistura do cacau em pó solúvel, açúcar, maltodextrina, leite em pó elou soro, extra, constituído de pó fino e homogéneo, isento de soja ou farinha, sujidades e materiais estranhos, admitindo teor de umidade máxima de 3%. Acondicionado em recipiente de polietileno ou de folha de flandres, integro, resistente, vedado hermeticamente e limpo. Contendo aproximadamente 400g de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entre a, de acordo com a RDC 11 0 276/2005. Marca de referência: Nestlé ou similar.	LATA	1500	60	NESTLE	**R$ 10,00**	**R$ 15.000,00**

37	**LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO**, embalado em latas de flandres ou alumínio de 400g, isenta de ferrugem, não amassadas, resistentes, não violados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Deverá atender as especificações técnicas da Portaria n° 369 de 04/09/1997 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de produtos de origem Animal do Ministério da Agricultura. Validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega. Caixa com 24 unidades. Marca de referência. Nestlé (ou similar).	LATA	1500	70	NESTLE	**R$ 24,00**	**R$ 36.000,00**
38	**CAFÉ SOLÚVEL EM PÓ,** 100% café, sem glúten, em sache de no mínimo 50 gramas	PCT	2200	200	BRASILEIRO	**R$ 7,00**	**R$ 15.400,00**
39	**MINI COLHER;** material plástico (colher little Coffee), para cafezinho, transparente ou na cor branca, embala em plástica com 200 unidades.	PCT	800	50	PRA FESTA	**R$ 8,43**	**R$ 6.744,00**
40	**COPO DE VIDRO,** transparente, tipo taça, nas dimensões de 7,6 x 13 cm, capacidade 300 m eso - 0,22 k	UND	200	25	N.F	**R$ 10,17**	**R$ 2.034,00**
41	**BANDEJA EM INOX**, com as seguintes características: Redonda com 45cm x 45 cm.	UND	50	5	BRINOX	**R$ 120,55**	**R$ 6.027,50**
42	**CAPPUCCINO -** Café cappuccino, solúvel, TRADICIONAL, em pó, frasco com 400g. Validade, impressa na embalagem, mínima de 10 meses, a contar do recebimento definitivo. Produto de primeira qualidade.	UND	1700	140	3 CORAÇÃO	**R$ 30,15**	**R$ 51.255,00**
43	**AMENDOIM TIPO JAPONES** ou salgado -em embalagem individual 150g	UND	1300	100	YORK	**R$ 6,31**	**R$ 8.203,00**
44	**BICARBONATO DE SÓDIO,** frasco contendo 80 gramas. validade de no mínimo 18 meses, com data de embalamento não superior a 60 dias.	UND	1500	100	KITANO	**R$ 3,17**	**R$ 4.755,00**
45	**ADOÇANTE DIETÉTICO LÍQUIDO** - frasco com 100 m	UND	150	30	ADOCIL	**R$ 6,03**	**R$ 904,50**
46	**WAFER CROCANTE COM RECHEIO DECHOCOLATE E COBERTURA SABOR CHOCOLATE,** sabor Chocolate, embalagem com 126g e 20 unidades. Similar a marca Lacta.	PCT	750	50	LACTA	**R$ 9,00**	**R$ 6.750,00**
47	**WAFER CROCANTE COM RECHEIO DECHOCOLATE E COBERTURA SABOR CHOCOLATE BRANCO**, sabor Chocolate Branco, embalagem com 126g e 20 unidades. Similar a marca Lacta.	PCT	750	50	LACTA	**R$ 9,00**	**R$ 6.750,00**

3. CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA

3.1. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial da **ALE**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual n° 28.874/2024.

4. CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

4.1. A adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, após autorização expressa do órgão gerenciador – Secretaria de Compras e Licitações – SCL.

4.2. A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no art. 124, § 1º ao § 8º do Decreto Estadual n° 28.874/2024, em consonância com o art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços, ressalvado o disposto no art. 86, § 7°, da Lei Federal n° 14.133, de 2021.

4.4. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

5. CLÁUSULA V – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual n° 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

5.2. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

5.3. A revisão de preços precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

5.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual n° 28.874/2024.

5.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual n° 28.874/2024.

5.5.1. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual n° 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

5.6. Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

5.6.1. O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

5.6.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

5.7. O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual n° 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

5.7.1. O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual n° 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual n° 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

6. CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

6.1. Em atenção ao art. 131 do Decreto Estadual n° 28.874/2024, o cadastro reserva será composto pelos demais licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

6.2. O cadastro reserva poderá ser utilizado nas hipóteses previstas no art. 131, § 1º do Decreto Estadual n° 28.874/2024.

6.3. A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

6.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e

6.5. somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado.

6.6. Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

7. CLÁUSULA VII - DAS CONDIÇÕES A SEREM OBSERVADAS NAS FUTURAS CONTRATAÇÕES

7.1. As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo, local de entrega e recebimento do objeto, como também as relativas às penalidades e obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

7.2. É vedado o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços.

7.3. A detentora do registro fica obrigada a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

7.4. Em atenção ao art. 126 do Decreto Estadual n° 28.874/2024, faz-se necessário a permanente pesquisa de mercado, inclusive, antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

7.5. A violação da integridade da conduta contratual, por meio do rompimento de deveres contratuais ou oriundos de outras normas aplicáveis ao caso, sujeita o contratado à aplicação das penalidades legalmente previstas nos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual n° 28.874/2024, bem como art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

8. CLÁUSULA VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

8.2. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

8.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual n° 28.874 de 25 de janeiro de 2024, à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e 2021 e às normas complementares e às disposições presentes nesta Ata e no Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e, especialmente, aos casos omissos.

8.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, os ANEXOS desta ata que contém os preços registrados e seus respectivos detentores.

9. CLÁUSULA IX - DO FORO

9.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Porto Velho – RO, 03 de julho de 2025.

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral – ALE/RO

Gracino Gomes de Sousa
Representante Legal